



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016



Organização e Redação:

Sônia Gomes Mota
Antônio Dimas Galvão
Patrícia Gordano

Editoração

Bamboo Editora

Fotos

Arquivo CESE, organizações
parceiras e projetos apoiados.

**DIRETORIA INSTITUCIONAL
(TRIÊNIO JUNHO 2015 - 2018)**

Presidente:

Marcus Barbosa Guimarães (ICAR)

Vice-presidente:

Joel Zeferino (ABB)

Primeiro Tesoureiro:

Renato Küntzer (IECLB)

Segundo Tesoureiro:

João Câncio Peixoto Filho (IEAB)

Primeira Secretária:

Mariana Falcão Zuccarello (IPU)

Segunda Secretária:

Ana Isaura Lima de Souza (IPIB)

Conselho Fiscal:

Eleni Rodrigues Mender Rangel
(IPIB)

Júlia Taís Campos Ribeiro de
Oliveira (ICAR)

Gilvaneide José dos Santos (ABB)

Suplente: Célia Gil (IECLB)

EQUIPE EXECUTIVA

Diretora Executiva:

Sônia Gomes Mota

Secretaria Geral:

Isabel Cunha

Setor de Comunicação:

Patrícia Gordano, Marília

Pinto e Luana Almeida

Setor de Formação e Projetos:

Dimas Galvão (Coordenação)

José Carlos Zanetti, Olga Matos,

Rosana Fernandes, Vanessa

Pugliesi, Viviane Hermida

(Assessoria de Projetos e

Formação) Juçara Ferreira, Lúcia

Ferreira (Secretaria de Projetos).

Setor Administrativo-Financeiro:

Daniel Musse Pereira

(Coordenação) Gilberto Oliveira,

Graça Rosana Ferreira, Renato

Rebouças, Antonia Soares,

Janete Carvalho, Eraldo Lessa,

Antonio Pereira, Antonio Carlos

Souza, Wellington Araújo.

AGÊNCIAS APOIADORAS

A CESE é apoiada por Brot für die

Welt (Pão para o Mundo), Misereor,

HEKS-EPER (Serviço das Igrejas

Protestantes da Suíça), Wilde

Ganzen (Gansos Selvagens), Terre

des Hommes Schweiz, União

Europeia, Apletton Foundation,

ICCO, Fundação Ford.



SUMÁRIO

PALAVRA DA DIRETORIA Marcus Barbosa Guimarães	5
CONTEXTO DE ATUAÇÃO Sônia Mota	6
ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DA CESE	10
DIÁLOGO, ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA	21
Campo Ecumênico	22
Movimentos Sociais	27
Organizações Parceiras	30
Agências	34
Ações de incidência	35
FORMAÇÃO	41
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, EVENTOS e CAMPANHAS	46
ESTRATÉGIAS PARA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	60
DESAFIOS E PERSPECTIVAS	70

PALAVRA DA DIRETORIA

“Vocês são o sal da terra. Vocês são a luz do mundo” (Mt 5, 13-14)

Queridos irmãos e irmãs de fé e caminhada!

A Diretoria Institucional da Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE, por ocasião da sua Assembleia Geral, de 08 a 09 de junho de 2017, deseja apresentar, mais uma vez, através deste Relatório Anual de 2016, suas atividades, conquistas, desafios e esperanças da caminhada.

Consideramos que, imersos num País que cada vez mais vê os seus agentes públicos e privados terem se afastado da ética e caírem em escândalos de corrupção; perplexos e indignados/as com o rumo

que a economia, no Brasil, tem sido conduzida, valorizando sempre mais o mercado e o capital, em detrimento da pessoa humana e do trabalho; estarecidos/as com os casos de crescente violência ao povo, sobretudo às populações indígenas e camponesas e aos grupos e multidões que se colocam de forma crítica e reivindicatória pela defesa e garantia dos direitos humanos, é desafiador permanecer firmes na causa da justiça e paz.

Muito nos alegra, e é uma alegria que tem sua fonte mais fecunda na fé em Deus, Amigo da Vida e Próximo de nós, poder apresentar neste relatório as “sementes” de

resistência e de esperança lançadas por tantas mãos, consciências, pés e corações de nossa “família CESE” e de seus parceiros e parceiras, teimosamente, no chão do nosso País. A nossa Coordenadoria Ecumênica de Serviço é um sinal frágil, porém vivo de profetismo e misericórdia das nossas Igrejas. Sem profetismo, anúncio e denúncia e sem a verdadeira misericórdia, ação ou, mais exatamente, reação diante do sofrimento e buscas do nosso povo, renegaríamos nossa vocação como CESE. Criada por Igrejas Cristãs, na época da ditadura militar, há mais de 40 anos, ela recebeu a missão de promover, defender e garantir

os direitos em todo Brasil, fortalecendo organizações da sociedade civil, especialmente as populares.

Eis-nos aqui, neste relatório! Para além de números e dados estatísticos, estão, acima de tudo, nessas páginas, as vidas e os sonhos nossos e dos companheiros e companheiras que conosco insistem em acreditar e propor caminhos de dignidade e liberdade.

Deus nos abençoe! Avancemos!

Pe. Marcus Barbosa Guimarães



CONTEXTO DE ATUAÇÃO

2016

foi um ano emblemático na história do país, provocado pela aguda crise político-institucional que resultou no impeachment da Presidenta da República, em fins de agosto deste ano, com evidentes repercussões políticas, sociais e econômicas. Logo após as eleições em fins de 2014, com a vitória apertada da centro-esquerda, ficou clara uma crise de hegemonia com sucessivos recursos no campo judiciário, impetrados por forças fisiológicas e partidos de centro e direita, combinado com grandes manifestações públicas promovidas pela mídia, pela elite empresarial e amplos setores da classe média.

A composição política do Congresso Nacional - das mais retrógradas desde a redemocratização pós-golpe militar, graças ao financiamento privado e domínio de bancadas conservadoras representadas em grande parte pelos ruralistas do agronegócio e de corporações, forças policiais-militares e também por cristãos e cristãs neopentecostais, concorreu para colocar rapidamente em cheque o governo federal. Não havia objeto formal que justificasse um movimento para provocar o impeachment. A repercussão da crise mundial sobre a economia brasileira, equívocos da equipe econômica com ajuste fiscal para atender interesses corporativos e o desemprego criaram as condições de profundo desgaste do governo de Dilma Rousseff, que também já não tinha a adesão incondicional dos movimentos sociais ou da massa de trabalhadoras e trabalhadores do país.

Ao mesmo tempo, a Operação Lava Jato, sobre a corrupção na maior estatal brasileira, foi desencadeada pela Polícia Federal e o Ministério Público,

e funcionou seletivamente como catalizador para fomentar a indignação na opinião pública. Como síntese, já sem o suporte dos partidos da coalizão, o governo sofreu o que se chamou no Brasil de golpe jurídico-parlamentar-midiático, através de arranjos de aparência legal e forte apoio da grande mídia, sintetizada no poder de um pequeno grupo que detém o monopólio da comunicação no país.

O que se assistiu depois de então foi o aumento da repressão e criminalização dos movimentos sociais (que já estava acontecendo anteriormente), desconstrução de políticas públicas duramente conquistadas na última década, o desmonte de espaços de representação do movimento popular e, conseqüentemente, de maior incidência. Além disso, profundas reformas de corte neoliberal se consolidaram, através do congelamento de políticas e serviços (PEC 241) e outras estão se encaminhando a passos largos para aprovação, como a des-

regulamentação de direitos trabalhistas e previdenciários, conquistados há mais

de 50 anos, bem como o desmonte da legislação ambiental e a ampla regulamentação da mineração, que afetarão o bem viver de povos indígenas e populações tradicionais, além das perdas ambientais no campo e nas cidades.

Diante deste quadro social e político de incertezas e fragilidades, mais do que nunca precisamos aumentar a nossa força para, em parceria com outras organizações e apoiadores/as, atuar em sintonia com a defesa dos direitos dos povos e dos

Movimentos populares e, assim, contribuir para tornar mais robusta a ainda frágil e ameaçada democracia no Brasil.

O presente relatório evidencia que, apesar das imensas dificuldades enfrentadas em 2016, conseguimos ser fiéis à nossa missão, cumprindo uma agenda estratégica para defesa de direitos e resistência democrática através de inúmeras ações:

Apoio de mais de 300 iniciativas do movimento popular para a defesa de direitos e resistência;

Ações de formação para fortalecer as capacidades de atuação das organizações; Ações de incidência para denunciar violações de direitos e debater temas de relevância para a sociedade; Participação em espaços de diálogo e articulação política visando ampliar as capacidades de intervenção; comunicação estratégica com vistas a sensibilizar o grande público para a solidariedade às causas dos direitos humanos no Brasil.

Somos gratas/os e reconhecemos o apoio das parcerias que temos construído e que confiam no nosso trabalho, nas redes das quais fazemos parte e que contribuem para ampliar o alcance de nossa atuação. Esperamos poder continuar cumprindo a nossa missão, para a defesa e fortalecimento da democracia e garantia de direitos.

Sônia Mota
Diretora Executiva

EQUIPE CESE



ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DA CESE



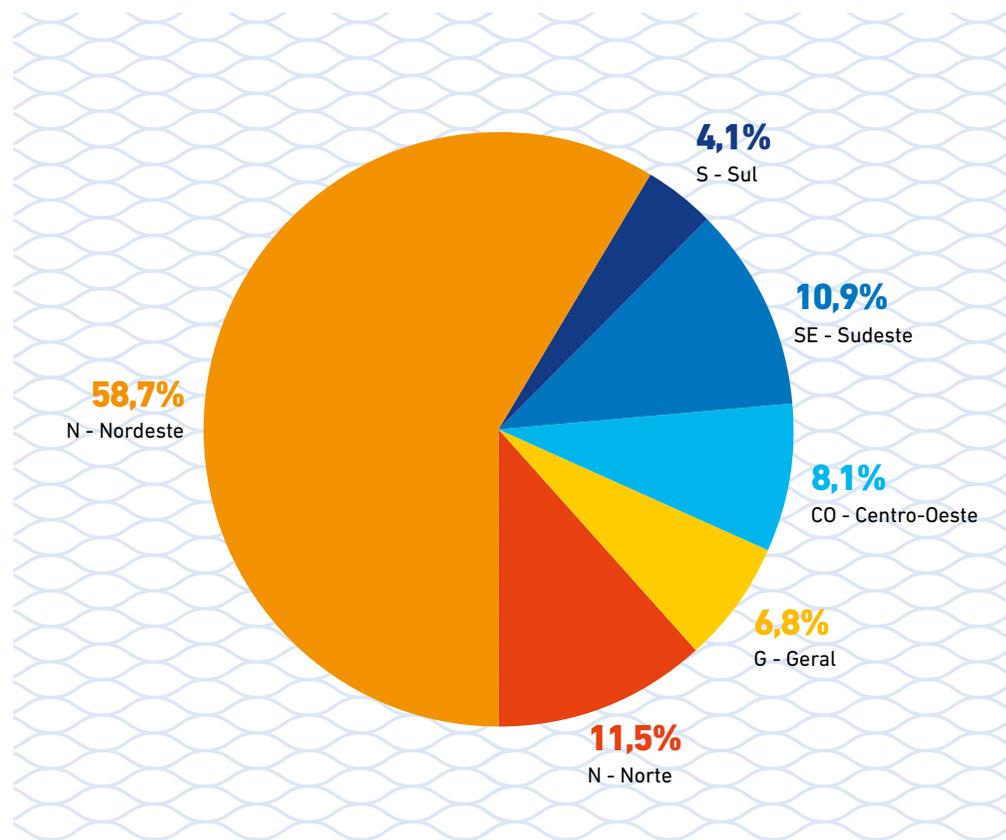
1 SERVIÇO DE PROJETOS

O apoio financeiro a pequenos projetos apresentados por movimentos populares de todo o país é a principal expressão do compromisso da CESE com os direitos humanos. Quando criada, em 1973, foi definido que esse seria o instrumento central para o cumprimento da sua missão. E assim tem sido nesses 44 anos. Os recursos aplicados em 2016 vieram da cooperação ecumênica e católica (Pão para o Mundo, HEKS e Misereor), mas também de outras fontes como a União Europeia, Fundação Ford, Fundação Apletton, Gansos Selvagens, TdH Schweiz, UNFPA e uma parte oriunda de isenção de tributos em função da filantropia.

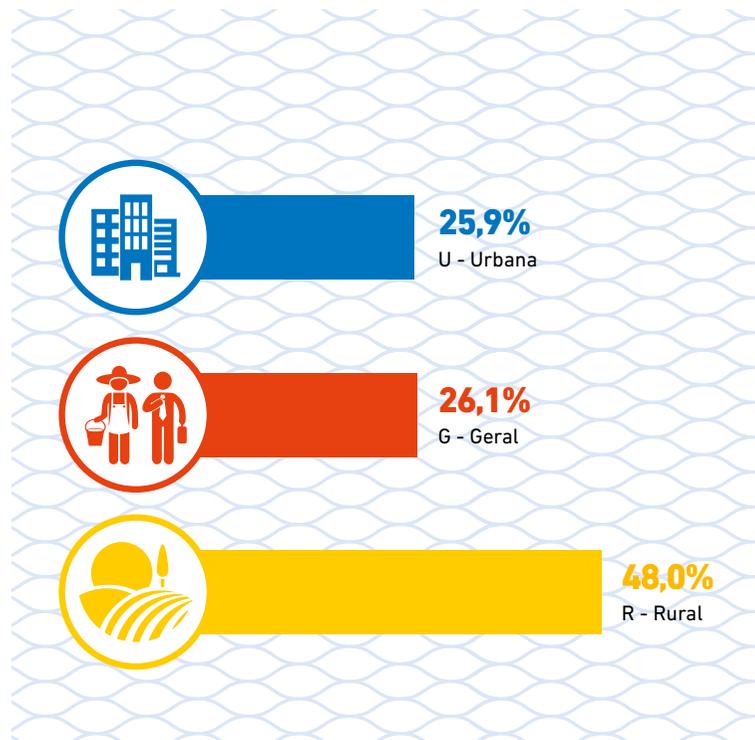
Quadro Geral

Total de projetos cadastrados em 2016 - Brasil	700	143.315 pessoas beneficiadas
Total de projetos apoiados - Brasil	309	
Valor total apoiado - Brasil	3.067.848,69	

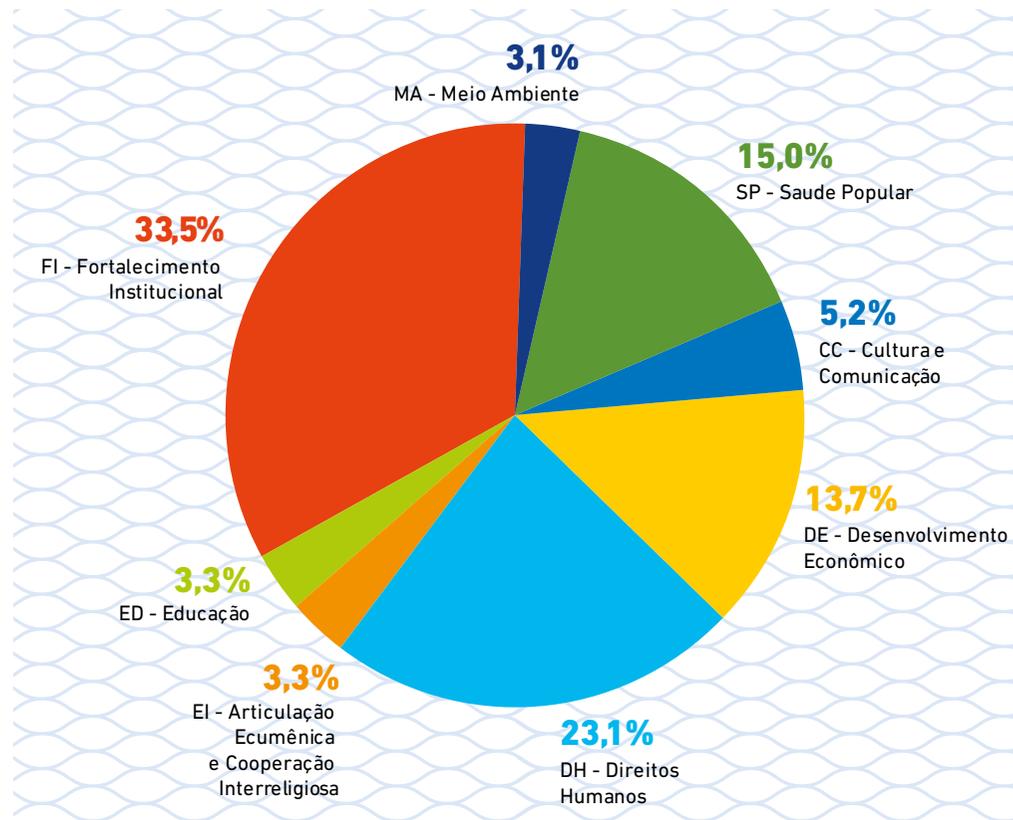
Distribuição Por Região



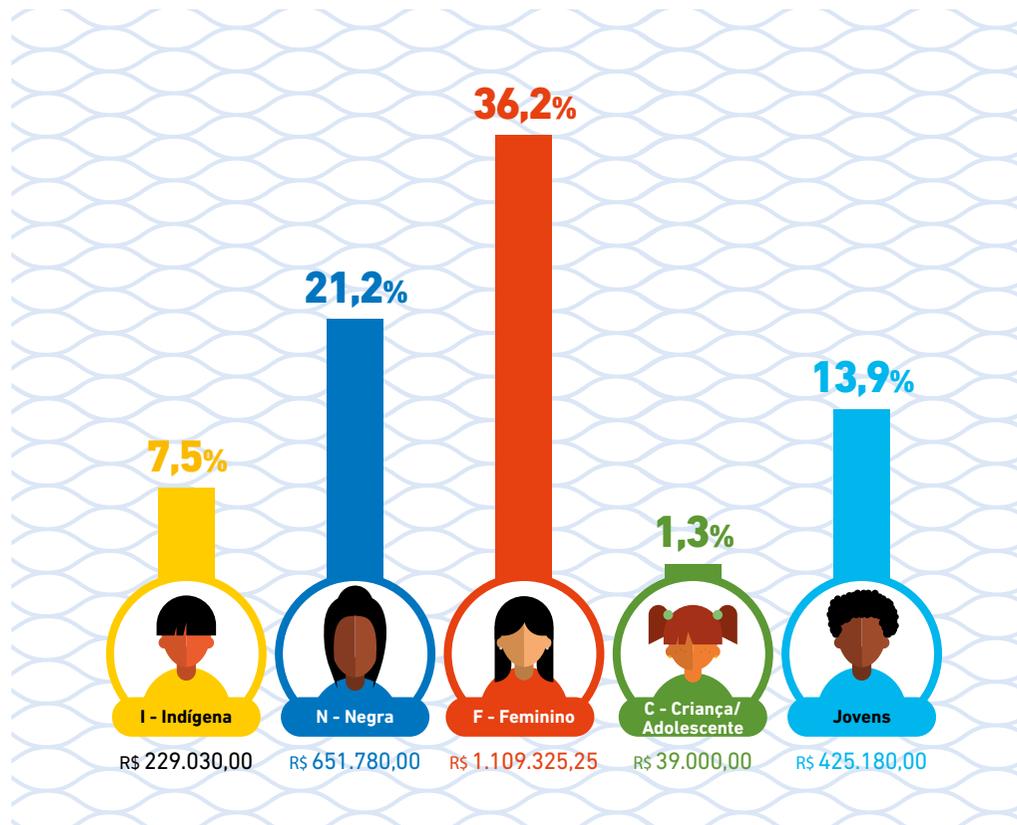
Por Abrangência



Por Distribuição de Recursos



Por Setores Populacionais



DADOS GERAIS

Os 700 projetos recebidos em 2016 atingiram largamente a meta prevista para o período deste relatório, que era de 500 projetos. A meta de projetos apoiados foi superada em números significativos: 309 propostas sobre uma previsão de 200 anualmente. Desse universo de apoio, 145.315 pessoas foram beneficiadas, sendo 70.014 mulheres e 20.044 jovens.

309
projetos apoiados

145.315
pessoas beneficiadas

DOS 309 PROJETOS, 14 FORAM APOIADOS PELA METODOLOGIA DE DUPLA PARTICIPAÇÃO

ALGUMAS LUTAS APOIADAS NOS PEQUENOS PROJETOS EM 2016

Defesa da pesca artesanal e dos territórios pesqueiros



Sou marisqueira e quilombola, mulher das águas, do mangue e da lama, que vive todos os dias violação de direitos tanto à saúde da mulher negra, como o direito de ir e vir. Por isso, nos juntamos para refletir sobre violações que sofremos, mas também com entendimento do empoderamento”.

Eliete Paraguassu
Articulação das Mulheres Pescadoras - BA

Denúncia e resistência a grandes projetos agropecuários, pesqueiros, de mineradoras, de energia

“É preciso conduzir para que os próprios sujeitos percebam que estão unidos para lutar contra qualquer forma de opressão que a mineração nos sujeita, onde não beneficia os indivíduos, fazendo todos e todas compreender que só é possível ir adiante nessa luta quando homens e mulheres estão de acordo em dialogar e contestar qualquer configuração de exploração e submissão desses gêneros”.

Érica Souza – Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e moradora de Açailândia (MA), cidade atingida pelo complexo siderúrgico de guseiras e pela estrada de ferro Carajás da Vale.



Populações tradicionais e camponeses/as pelo direito aos territórios e a suas culturas



“A força da mulher do quilombo vem da ancestralidade, vem das nossas avós, tataravós, que eram pretas velhas de sinhá. Essa resistência a gente tem do quilombo, lutando. Mas quanto mais a gente sofre, mais a gente fica forte pra lutar por essa comunidade quilombola, que é a nossa terra, o nosso território.”

Olinda de Souza Oliveira, uma das lideranças do Quilombo Rio dos Macacos (BA), durante celebração da demarcação de 102 hectares da comunidade

Mobilizações por diversos direitos em áreas rurais e urbanas por terra, água, crédito, moradia, saneamento, mobilidade, segurança, lazer



“Apesar de marcharmos o ano inteiro contra a opressão e domínio machista, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia significa um dos momentos mais louváveis do ano. Mostramos às agricultoras que não existe agroecologia sem luta contra a violência e sem valorizar o trabalho das mulheres. Na sociedade em geral, o trabalho dos homens vale mais que o trabalho das mulheres, e isso não é diferente no meio rural. A marcha é um espaço de intercâmbio, reconhecimento e luta por direitos, já que somos excluídas da maioria das políticas no campo.”

Angineide Pereira, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Queimadas - PB

Iniciativas econômicas de setores populares como feiras, produção camponesa e agroecológica, quintais produtivos, reciclagem de materiais



“O povo brasileiro precisa abraçar a causa da agroecologia. Convocamos os trabalhadores e as trabalhadoras da cidade para fazer enfrentamento a esse modelo perverso, que é o agronegócio”.

Saiane Santos,
Movimento dos Pequenos Agricultores - BA

“O projeto foi muito importante para o fortalecimento das participantes. Com o apoio da CESE adquirimos as máquinas necessárias para as produções existentes na Casa. Antes, a produção era de 70 pacotes de bolacha por mês e agora passou para 180. E pretendemos ampliar cada vez mais. Obrigada por terem acreditado no potencial de cada participante.”

Geraldina Andreola da Silva, Associação Serviço Ecumênico Recriando a Vida - SERVIDA - SC



Campanhas em defesa do meio ambiente, de nascentes, biomas, contra agrotóxicos, pelo direito à diversidade sexual e religiosa, contra a privatização de bens e serviços públicos



“Verificamos o desmatamento ilegal de madeira e começamos a retomada. Isso enfraquece o espírito do índio, mas o guerreiro que habita dentro dele levanta para defender seu território”.

Osman Barbosa – Serra do Padeiro – BA

“A gente precisa estudar um novo caminho de política, porque essa do agronegócio não tem dado resultado nem para indígena nem para pobre brasileiro. A gente tenta colocar essa política do bem viver. Precisamos descolonizar nossos saberes. O povo brasileiro ainda tem mentalidade de colonizador”.

Anastácio Peralta – Guarani Kaiowá/MS



“O apoio da CESE para a Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce foi fundamental para garantir o transporte de uma das quatro rotas da Caravana, a que percorreu a região do Alto Rio Doce. Foi possível garantir a participação de agitadores culturais durante os dias da culminância da Caravana, em Governador Valadares (MG), o que possibilitou que as atividades fossem desenvolvidas de forma convidativa à participação e envolvimento dos moradores da cidade. A publicação da carta também será de grande importância para a continuidade das articulações promovidas pela caravana e consiste em um material pedagógico e de denúncia, que poderá ser utilizado pelos movimentos sociais e atingidos pela tragédia-crime na luta por seus direitos.”

Morgana Maselli - Secretária Executiva da Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce)

Mulheres pelo direito à igualdade, pela terra, agroecologia, contra o machismo e a violência de gênero.



“Enquanto comunidade quilombola, temos o imenso prazer de sermos apoiadas pela CESE. Nós mulheres sempre fomos muito discriminadas no trabalho, com as diferenças de salários, pela cor da pele, o que deixa a nossa autoestima muito baixa. As formações e o projeto apoiado pela CESE têm nos fortalecido ainda mais e só temos a agradecer pela parceria.

Valdeci Oliveira - Associação Quilombola Conceição das Crioulas – PE



“Viver sem violência é um direito. Mas esse direito é negado todos os dias. Mulheres, crianças, adolescentes e jovens vivem a cada dia com medo, medo da mão opressora do Estado, medo do machismo, medo do patriarcado.

Este mês de novembro marca a vida de muitas mulheres na luta por um mundo de igualdades, 25 de novembro Dia Internacional de Combate à Violência contra as Mulheres, violência essa que massacra, criminaliza e mata as mulheres.”

Glisiany Pluvia, Comunicadora e educadora popular - BA

REGIÃO

A Região Nordeste, prioritária para a CESE, ficou com 58,7% dos recursos e teve o maior número de projetos apoiados. As regiões Norte e Centro-Oeste, também prioritárias, ficaram com 11,5% e 8,1% dos recursos, respectivamente. Apenas o Norte ficou levemente abaixo da meta (15%), enquanto que no Centro Oeste foi superado significativamente (meta 5% - apoiado 8,1%).

Destacamos o alcance da aplicação dos recursos em pequenos projetos do Nordeste e Centro Oeste, cujo resultado pode ser explicado por duas razões: são duas regiões prioritárias por decisão institucional e por serem foco de projetos específicos com alguns financiadores. No Centro-Oeste, especificamente, a CESE tomou algumas iniciativas visando estimular os movimentos populares para apresentarem propostas, sobretudo relacionadas à luta por territórios, de maneira especial dos povos indígenas Guarani-Kaiowá e dos Terena, que estão sendo sistematicamente violentados nos seus direitos pela truculência do agronegócio.



As mulheres tiveram em 2016 – e têm tido nos últimos anos - um papel de destaque para a resistência ao golpe e para diversas lutas no campo dos direitos: território, agroecologia, segurança alimentar e nutricional, criminalização dos movimentos sociais, racismo, violência.



Célia Pinto -Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas /MA

POPULAÇÃO NEGRA - MULHERES

Em relação a alguns segmentos populacionais, dois públicos prioritários para a CESE tiveram a meta largamente superada. População Negra e Mulheres, alcançaram 21,2% e 36,2%, respectivamente. Também aqui destaca-se o apoio de fontes específicas para mulheres e mulheres negras, somadas evidentemente às demais fontes que aportaram recursos ao

Programa de Pequenos Projetos, contribuindo para o expressivo percentual de recursos destinados a esses dois segmentos.

A gente participa dos momentos de marcha, fazemos reuniões, oficinas com as mulheres nos quilombos para fazer esse empoderamento no dia a dia.

A Juventude também tem acessado significativamente o Programa de Pequenos Projetos, cujo percentual de apoio está numa espiral ascendente a cada ano. Em 2016 foram 13,9% dos recursos, bem superior à meta de 9%.



JUVENTUDE

O Levante Popular da Juventude vem se organizando em vários estados brasileiros para muitas ações de mobilização. Outros movimentos e organizações juvenis ocupam a cena pública na luta por direitos, a exemplo do Movimento de Pequenos Agricultores, Movimento de Pescadores/as, jovens produtores/as agroecológicos, juventude negra e juventude ecumênica. Nos grandes centros urbanos, o viés cultural tem sido uma dinâmica interessante de aglutinação da galera para fortalecer dinâmicas organizativas, para o protagonismo juvenil nas políticas públicas e denúncia do extermínio das juventudes nas periferias, especialmente jovens negros.



“A contribuição da CESE para a Escola Popular de Música foi fundamental. O projeto, protagonizado pela juventude do Semiárido, ajudou na continuidade dos cursos e qualificação pedagógica” **Rafaela Alves**, Movimento dos Pequenos Agricultores – SE



“O apoio da CESE foi de fundamental importância para a realização do Encontro Nacional da REJU em São Paulo. Além de fortalecer o grupo, de forma a criarmos sintonia, o encontro reafirmou a luta pela promoção dos direitos das juventudes.” **Ezequiel Hanke**, facilitador da Rede de Juventude Ecumênica – REJU-RS

DIÁLOGO, ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA



Graças a uma rede de diálogo e articulações fortalecida, construída com a participação e escuta de diferentes organizações parceiras, a CESE conseguiu atuar de forma integrada no campo ecumênico, com movimentos sociais, com agências, com organizações sociais, protagonizando e apoiando ações de incidência de grande visibilidade nacional.

Por ser uma organização que se coloca a serviço das demandas dos movimentos sociais no país, a CESE teve muito a contribuir no contexto em que atua. A promoção de (ou participação em) encontros, seminários, reuniões e atos públicos teve o objetivo de qualificar a análise das demandas recebidas por intermédio do Programa de Pequenos Projetos, comunicar as lutas populares e mobilizar recursos para a CESE.

“A questão é de saber como se pode colocar entre parênteses sua crença religiosa em favor do bem comum. Ou, como crescer em consciência em relação à diversidade de situações num mundo tão complexo quanto o nosso? Como se educar para uma sociedade pluralista onde minha crença religiosa e política não é verdade para toda a sociedade?”.

Romi Bencke, Secretária Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

CAMPO ECUMÊNICO

A CESE entende que é muito importante o campo ecumênico ter uma voz profética para a defesa de direitos. Uma das estratégias de ação da CESE é o Advocacy ecumênico.

As relações com diferentes organizações e redes nacionais e regionais - Fórum Ecumênico ACT Brasil (FEACT), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), Processo de Articulação e Diálogo (PAD), Conselho Latino Americano de Igrejas (CLAI) - e agências de cooperação

internacional (HEKS, MISEREOR, PPM, TDH Swcheiz) - fortaleceu, nos últimos anos, a repercussão de denúncias de violações dos direitos humanos, ampliando a capacidade de pressão da sociedade sobre as situações de injustiça e violência contra grupos e setores marginalizados.

Em 2016 foi acentuado o clima de intolerância que tomou conta da sociedade contra os movimentos sociais e defensores de direitos,

religiões de matriz africana, indígenas, mulheres, população LGBT, entre outras, dificultando a convivência com a pluralidade e com as diferentes individualidades e liberdades.

Num suposto Estado Laico, o discurso religioso foi evidenciado com a oratória fundamentalista, declamada pelos congressistas, no afastamento da Presidenta Dilma Rousseff e disseminada nos veículos de comunicação de massa.

Com o objetivo de combater todas as formas de intolerância, a CESE fomentou, articulou e promoveu o diálogo entre diversas confissões religiosas em comunicação e parceria com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e com o Fórum Ecumênico ACT Brasil (FEACT), instância que reúne 15 organizações ecumênicas, sete igrejas e dois Conselhos de Igrejas. Foram diversas moções de apoio e solidariedade a grupos perseguidos, notas de repúdio contra o ataque à democracia, contra atos de intolerâncias, contra a violência no campo, massacre a povos indígenas e à juventude negra. Várias rodas de diálogos e campanhas reforçaram as ações conjuntas e solidárias das diversas religiões em suas mais diferentes matrizes.

“Nossas teologias e percepções religiosas sufocam e impedem as manifestações mais sublimes de fé. O conceito bíblico de fé não tem a ver com “acreditar em”, mas significa confiança e esperança. É preciso esquecer os nomes de Deus e as religiões inventadas para encontrar Deus na vida. Há que se recuperar a graça e a beleza da vida, para além dos compêndios dogmáticos, e nos abrir para leituras mais metafóricas de nossa experiência”.

*Zwinglio Mota Dias,
reverendo emérito da Igreja
Presbiteriana Unida do Brasil
e professor da Universidade*

FÓRUM ECUMÊNICO ACT BRASIL

O FEACT realiza, anualmente, um encontro com a participação da maioria das organizações e igrejas que integram o Fórum. Em 2016 foi realizado no mês de agosto, em Brasília. Foi retomada a prática de depoimentos das igrejas sobre seus trabalhos. Trouxe como convidada a IEAB, que apresentou as atividades de formação realizadas pelo Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento (SADD), junto às suas comunidades, sobre o tema gênero, sexualidades e direito.

O objetivo do encontro foi trazer a reflexão sobre o contexto brasileiro, avaliar as ações realizadas, traçar estratégias e definir prioridades para a atuação do movimento ecumênico para o segundo semestre de 2016 e o ano 2017. Esse encontro teve como destaque o painel Religião e Democracia - Dilemas Atuais sobre Fé e Poder. O painel fez parte do lançamento, junto às organizações do Fórum Ecumênico ACT Brasil, da Campanha Mais Direitos Mais Democracia - maisdireitosmaisdemocracia.org.br.



O tema do painel foi abordado por Zwinglio Mota Dias, Ronilso Pacheco, teólogo e agente social do Viva Rio, e Luana Basílio, da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos – Plataforma Dhesca.

A Visão Mundial foi acolhida formalmente para integrar o Fórum. Além disto foram escolhidas as linhas prioritárias de ação de FEACT para o período de agosto de 2016 a agosto de 2017, sendo:

- Fortalecer a Identidade Ecumênica;
- Incidência por direitos e democracia;
- Migração;
- Diversidade religiosa;
- Povos tradicionais;
- Gênero;
- Juventudes (com prioridade para REJU) e Comunicação.

ACTALIANÇA

Com o objetivo de ter maior conhecimento dos membros dos fóruns nacionais e partilhar os processos de efetivação da Aliança nas diferentes regiões, sua visão estratégica e suas estruturas, Pauliina Parhiala, diretora da ActAliança, esteve na sede de Koinonia, em março, no Rio de Janeiro. Participaram da reunião: Fundação Luterana de

Diaconia, CESE, Koinonia, Diaconia e Processo, Diálogo e Articulação - PAD. Na ocasião foram apresentadas as ações de incidência pública para a defesa de direitos realizadas pelo Fórum Ecumênico ACT Brasil – FEACT - que também indicou a necessidade e importância do apoio de ActAliança para a internacionalização de causas.

CNBB

A convite da Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso, presidida por Dom Francisco Biasin, a diretora executiva da CESE levou uma mensagem na noite ecumênica da 54ª Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (CNBB) em Aparecida, São Paulo.



CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA

A CESE fez parte do comitê nacional que gerenciou o fundo de solidariedade da Campanha da Fraternidade Ecumênica - CEF 2016, juntamente com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC – tendo a CNBB na coordenação. A campanha, intitulada “Casa Comum, Nossa Responsabilidade”, teve como tema o saneamento básico, evidenciou a imensa precariedade desse serviço público que afeta enormes parcelas da população, sobretudo das cidades, e viola direitos humanos elementares.

Em Salvador, a CESE esteve envolvida diretamente com as articulações da CFE 2016, através da participação em seminários de formação e espaços de discussão e de celebrações sobre o tema. As articulações e atividades foram desenvolvidas com o CEBIC- Conselho Ecumênico Baiano de Igrejas Cristãs.



CONSELHO LATINO AMERICANO DE IGREJAS – CLAI BRASIL

Em abril, foram realizadas as Assembleias - Geral Ordinária e Extraordinária - do CLAI-Brasil, na sede nacional da Igreja Metodista, em São Paulo. O encontro foi um momento fundamental de reorientação, com a presença das instâncias máximas de suas igrejas-membro; representações de organizações ecumênicas, entre elas a CESE, que continua como membro do Conselho Fiscal. A representação na Plataforma e no Coletivo Inter-religioso por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, até então assumida pelo CLAI-Brasil, passa a ser responsabilidade direta da CESE. Nessa instância ecumênica, a CESE está representada por Eliana Rolemberg, por ter sido eleita para o Conselho Fiscal ainda quando era diretora da CESE.



CONSELHO ECUMÊNICO BAIANO DE IGREJAS CRISTÃS - CEBIC

O diálogo e articulação ecumênica no âmbito local, com as diversas igrejas que compõem o CEBIC, foi muito intenso em 2016. A CESE acolheu atividades em seu auditório e participou de diversas atividades de Igrejas parceiras, com destaque para o estudo promovido pelo CEBIC sobre o Documento da Igreja Católica e Igreja Luterana “Do conflito à Comunhão”. Reflexão bíblica sobre um texto do livro de Amós, realizado pela diretora executiva da CESE, por ocasião

da Assembleia da Aliança de Batistas do Brasil sob o tema “Ocupar a Casa até que ela seja Comum: racismo ambiental, política pública e gênero em diálogo com a Campanha da Fraternidade Ecumênica - CFE-2016.” A partir da abordagem bíblica, estabeleceu-se um diálogo do texto com diversos grupos vulneráveis apoiados pela CESE, ressaltando como a Casa Comum ainda precisa ser ocupada por grande parte da população brasileira.

SOUC - SEMANA DE ORAÇÃO PELA UNIDADE CRISTÃ

Como ação formativa e parte da programação da SOUC 2016, a CESE promoveu uma Roda de Conversa: “Como ser luz no mundo e sal da terra em um Estado Laico?”. Na ocasião os/as participantes trocaram reflexões sobre a interferência de religiosidades em decisões políticas (nos âmbitos do Judiciário, Executivo e Legislativo) e sobre o papel do ecumenismo no enfrentamento a essa realidade no Brasil. A

SOUC demonstra o compromisso, o diálogo e o respeito entre as igrejas, fortalecendo outras ações que estão sendo planejadas conjuntamente.



A atividade foi encerrada com a adesão à campanha **#NãoEmNomeDeDeus**

MOVIMENTOS SOCIAIS



A cada ano a equipe da CESE avalia em quais momentos deve se posicionar e se fazer presente. As participações em atos públicos, debates e rodas de diálogo, a despeito das dificuldades de tempo e recursos, são fundamentais para trocar informações, estabelecer contatos e afirmar seu protagonismo no fortalecimento das organizações e dos movimentos populares. A CESE mantém sintonia com as demandas dos movimentos sociais para alinhamento de suas estratégias de atuação e no apoio a projetos, formação, comunicação e mobilização de recursos.

Neste relatório, a CESE destaca apenas alguns espaços onde esteve presente.

Vítimas da criminalização da mídia, do executivo, legislativo e do judiciário, os movimentos sociais passaram por um dos anos mais difíceis desde a ditadura militar. Manifestantes, em todo país, durante atos a favor da democracia, contra o impeachment e denunciando os retrocessos da PEC241 foram perseguidos/as, presos/as, e até assassinados/as sem uma razão legítima e mencionados, na grande mídia, como criminosos/as.



ASSEMBLEIA NACIONAL DO MPP - MOVIMENTO DOS/AS PESCADORES/AS ARTESANAIS DO BRASIL

O encontro contou com mais de 600 delegados/as de todo o país, com predominância da Região Nordeste, além da presença de delegados/as do Pará, Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná. O evento avaliou os conflitos sociais e a organicidade do MPP por estado, a necessidade de fortalecimento da campanha em defesa dos territórios pesqueiros e o lançamento do “Projeto de iniciativa popular sobre o reconhecimento, proteção e garantia do direito ao território das Comunidades

Tradicionais Pesqueiras”, além da definição da projeção das prioridades do movimento para os próximos 5 anos.



II ENCONTRO NACIONAL DE FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

O encontro aconteceu em Brasília-DF. Na ocasião, foi reafirmada a criação da Rede Nacional de Fundos Rotativos Solidários, elegendo uma comissão de animação da Rede, composta por representantes das regiões. Também foi realizada uma audiência pública na Câmara de Deputados, com mais de 300 participantes, para discutir a continuidade do Plano Nacional de Economia Solidária. Foi ressaltada a importância da reativação do Conselho Nacional de Economia Solidária, enquanto instrumento de diálogo e aprovação imediata do projeto de lei PL 4685/12, que institui o Sistema Nacional de Economia Solidária, que tramita há 4 anos na casa. **A CESE também foi chamada a contribuir na mesa de discussão sobre os desafios da criação da Rede Nacional de Fundos Rotativos na reunião estadual, que aconteceu em Salvador.**

ENCONTROS NACIONAIS DA ASA - ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO

A CESE compôs a mesa do IX ENCONASA - Encontro Nacional da ASA (Articulação do Semiárido), em Mossoró-RN. Com o tema "Povos e Territórios: Resistindo e Transformando o Semiárido", o encontro reuniu agricultores e agricultoras, pescadores e pescadoras, indígenas, quilombolas, comunidades de fundo e fecho de pasto, comunidades tradicionais dos 10 estados que compõem o semiárido brasileiro. **Foi reafirmada a necessidade da luta pela continuidade das conquistas no campo das políticas públicas, especialmente de acesso a água para consumo humano e para produção.**



CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O III Congresso Internacional de Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais - realizado em novembro, pela Universidade Federal do Estado da Bahia (UFBA), em parceria com a CAPES, UNEB, AATR, CESE, KOINONIA, UNIMONTES e SEPROMI/Governo do Estado da Bahia - **contou com suporte da CESE** na articulação com populações tradicionais e organizações populares para composição das mesas do congresso, além da divulgação do evento em suas redes sociais.

JORNADA DE DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA

Durante esses dias, Nora cumpriu uma agenda de trabalho junto aos movimentos sociais de Salvador e recebeu várias homenagens como reconhecimento e reverência a sua história de vida e de luta, promovidas pela Rede Jubileu Sul Brasil e com apoio e organização da CESE.



Nora Cortiñas, co-fundadora da Associação Mães da Praça de Maio, da Argentina, esteve em Salvador, em julho, quando participou da Jornada de Direitos Humanos e Democracia.

Durante esses dias, Nora cumpriu uma agenda de trabalho junto aos movimentos sociais de Salvador e recebeu várias homenagens como reconhecimento e reverência a sua história de vida e de luta, promovidas pela Rede Jubileu Sul Brasil e com apoio e organização da CESE.



SEMINÁRIO MULHERES NEGRAS NO FOCO

O Seminário Mulheres Negras no Foco, promovido pelo Odara - Instituto da Mulher Negra, na Biblioteca Central do Estado (Barris), fez parte da programação do “Julho das Pretas” em Salvador. Trata-se de uma agenda do movimento de mulheres negras que agrega atividades de vários grupos e instituições na capital e interior da Bahia.



Lançamento da Campanha **Pare de nos matar**, da Rede de Mulheres Negras da Bahia, realizada na Praça da Piedade, na cidade de Salvador, para denunciar todas as formas de violência contra as mulheres negras, com ênfase na violência e racismo institucional. A campanha recebeu apoio da CESE através do Programa de Pequenos Projetos.

Lançamento do documento sobre Direito Humano à Alimentação Adequada do povo Guarani-kaiowá, de autoria da FIAN, realizado na UNB, em Brasília-DF.

2ª Semana de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia, com exposição da diretora executiva sobre o tema Gênero, Raça e Diversidade: os desafios das organizações populares no Brasil.

Mesa de abertura da Oficina de aprimoramento das capacidades, habilidades e intervenção política das mulheres negras para o enfrentamento do racismo, da violência e Constituição de concepções do Bem Viver, em Salvador, promovida pela Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB).

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

PROCESSO DE ARTICULAÇÃO E DIÁLOGO – PAD

Na reunião anual do PAD foi reafirmada a importância deste espaço para o diálogo e articulação internacional. As organizações presentes definiram dois eixos de trabalho para os próximos anos de 2016 a 2018: Bens comuns e Criminalização. A CESE passou a fazer parte da coordenação como representante da família ecumênica.

A assembleia delegou, como tarefa para a nova coordenação, incentivar a própria rede para integrar as ações do PAD, promover o debate sobre comunicação em rede, acompanhar a nova organicidade por temas e mobilizar novas agências e movimentos sociais para participar dos eventos do PAD.

Além de encontros e reuniões, destacamos: a ação de incidência em solidariedade aos Guarani Kaiowa, já descrita no relatório, e a Oficina de Comunicação

para Incidência Política, promovida por PAD, Pão Para o Mundo (PMM) e ELO. A oficina reuniu, em novembro, diretores/as e comunicadores/as das organizações apoiadas por PPM no Brasil, com objetivo de refletir sobre as relações entre comunicação e incidência e construir pontes entre organizações e a mídia, para dar visibilidade às suas causas e bandeiras de luta.

ABONG - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Reunindo 246 Organizações da Sociedade Civil, a ABONG é um importante espaço de diálogo que a CESE mantém com organizações de todo Brasil. A ABONG tem sido de fundamental importância para a consolidação das organizações da sociedade civil no país, assumindo o papel de grande articuladora de entidades de assessoria e apoio com movimentos sociais, no âmbito nacional e internacional.

A CESE acolheu, em novembro, a reunião do Conselho Diretor da ABONG nacional em conjunto com as associadas regionais, importante espaço de debate e atualização do Marco Regulatório.



Na data, aconteceu o seminário "**Sociedade Civil e Estado: Convergências possíveis na atual conjuntura**". O evento reuniu representantes dos Poderes Executivo e Legislativo e da direção nacional e estadual da ABONG para aprofundar discussões sobre convergências e também questionamentos na relação sociedade civil / Estado no contexto atual. No seminário também foi lançada a cartilha "**Lei 13.019/2014: Regulamentação passo a passo**", que utiliza a experiência das OSCs



da Bahia na regulamentação, como referência para orientar outros estados e municípios.

A CESE também participou da reunião de planejamento de comunicação da ABONG para o próximo triênio, em novembro, em São Paulo. O encontro reuniu 40 comunicadores/as das filiadas que discutiram como gerar mais audiência nas mídias sobre defesa de direitos e o papel da ABONG para legitimar outras pautas nacionais de forma mais incisiva.

No âmbito regional, a CESE faz parte da coordenação colegiada. Além de diversas reuniões, merece destaque o **Encontro Regional das Associadas Bahia/Sergipe**, que foi sediada na CESE, contando com a participação de 20 associadas.

O encontro foi um importante espaço de análise da atual conjuntura, onde constatou-se a rapidez do desmonte das políticas públicas: em 30/60 dias eliminou-se tudo o que levamos 30 anos para conquistar. Diante deste quadro, não resta a menor dúvida de que teremos muitas batalhas a enfrentar no campo dos direitos e da cidadania.

Para não focar apenas na conjuntura local, veio um alerta importante: é preciso que atentemos para a análise da geopolítica (internacional) que sinaliza um processo de (re)colonização da América Latina. Há uma impressão de que não saímos da Ditadura.

Destaque para a apresentação de Nailton Cazumbá (CRC-BA), sobre as Leis de Incentivo como forma de captação de recursos, muito bem avaliada pelos grupos que estavam presentes. Outra pauta da reunião foi a proposta de trabalhar o planejamento estratégico em conformidade com o da ABONG nacional, definindo atividades nos três eixos: **Paradigmas de Desenvolvimento; Radicalização da Democracia e Fortalecimento da Sociedade Civil.**

PLATAFORMA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

O Comitê Facilitador da Plataforma das OSCs por um novo marco regulatório reuniu-se em Brasília, em maio, com representantes da Secretaria de Governo, para analisar a situação nacional e os desafios a serem enfrentados, entre eles: destino de materiais; contatos que devem permanecer no Siconv (Sistema de Convênios) e em outros espaços; composição do CONFOCO (Conselho de Fomento e Cooperação), contemplando a diversidade de segmentos das OSCs e movimentos populares.

Essa plataforma tem desempenhado um papel fundamental nos últimos anos, consolidando-se como espaço de reflexão

e articulação na proposição de soluções para a promoção de um ambiente cada vez mais favorável de atuação para as OSCs brasileiras. O novo cenário político e econômico do país exige o fortalecimento dessa plataforma, com engajamento e mobilização das diversas entidades da sociedade civil. Por isso, tem sido fundamental ampliar o diálogo para setores ainda não envolvidos, de forma que os direitos e garantias da sociedade civil sejam debatidos de maneira conjunta e transversal.

Para avançar na agenda de sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil, acompanhar o processo de regulamentação da nova legislação nos estados e municípios e discutir o futuro da plataforma nesse novo contexto, aconteceu também em 2016, em Brasília, o IV Encontro Nacional da Plataforma, ocasião em que foram debatidos temas relacionados ao Novo Marco Regulatório. A plataforma promoveu encontros nacionais, locais e virtuais.



MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - MROSC -BAHIA

Após um longo processo de trabalho de incidência das OSCs baianas junto ao governo estadual, que contou com seminários, videoconferências e consulta pública online, foi publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia o decreto nº 17.091, de 5 de outubro de 2016, que dispõe sobre a celebração de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSC), regulamentando, no âmbito estadual, a Lei Federal 13.019/2014. A Lei 13.019/2014, sobre o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC, tem o objetivo de aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às Organizações da Sociedade Civil e suas relações de parceria com o Estado. A Lei entrou em vigor em 23 de janeiro de 2016 para a União e os Estados e, para os municípios, a partir de 1º de janeiro de 2017.

A partir da publicação, ficou estabelecido que as parcerias entre o Estado e as OSC seguem em regime de mútua cooperação, com instrumentos jurídicos próprios, regidos por termos de colaboração e de fomento, a fim de atender aos interesses da esfera pública e da Sociedade Civil, na implementação das

políticas públicas. A assinatura do decreto, que foi comemorada pelas OSC baianas, representa um grande passo nessa relação e mostra a disposição do governo em realizar uma gestão participativa e democrática, envolvendo os diversos segmentos da sociedade. O texto do decreto foi construído pelo Grupo de Trabalho do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (GT MROSC - BA), composto de forma paritária, sendo a Bahia um exemplo para outros Estados.

A CESE colaborou ativamente em várias capacitações e eventos que aconteceram em 2016: Oficina sobre o Marco Regulatório das OSC para a Rede Cáritas NE III; Oficina sobre o MROSC e processo de regulamentação estadual em Sergipe; Diálogo Jurídico com as OSC e no seminário de formação: “O que é MROSC? Novas perspectivas para as organizações da sociedade civil”, além de reuniões do Grupo de Trabalho Paritário entre governo e sociedade civil da Bahia para elaboração da minuta do decreto de regulamentação estadual da Lei.

Destaca-se a formação do CONFOCO-BA - Conselho Estadual de Fomento e Cooperação - como desdobramento do Decreto. O Conselho é de constituição paritária, vinculado à SERIN,

que também é responsável por sua secretaria executiva. Tem a incumbência de atuar como instância consultiva e propositiva na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas de parcerias de mútua cooperação. São 20 (vinte) membros titulares e igual número de suplentes, sendo 10 (dez) representantes do Poder Público e 10 (dez) da Sociedade Civil, nomeados por ato do Governador do Estado. A CESE e a ABONG foram indicadas para representar o setor das OSC que atuam na área de Direitos Humanos. Em comum acordo, definiu-se a ABONG como organização titular e a CESE como suplente.

A Bahia tem sido vista como o Estado que mais tem atuado no Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Eliana Rolemberg continua sendo a representante neste espaço de atuação, fazendo a composição CLAI/CESE.



PROJETO MONITORAMENTO DE DIREITOS HUMANOS

A CESE participou do Seminário Nacional do Projeto Monitoramento de Direitos Humanos, como representante do Campo Ecumênico. A plenária foi iniciativa do PAD, parceiros de Misereor e do Projeto Monitoramento de Direitos Humanos, com envolvimento do Movimento Nacional dos Direitos Humanos. O evento também contou com a participação das pastorais sociais/CNBB, ABONG, INESC, Conselho Nacional de Psicologia e um variado grupo de organizações e movimentos, além da procuradora federal dos Direitos do Cidadão (Ministério Público Federal), Déborah Duprat e algumas agências de cooperação. A plenária estabeleceu um calendário e encaminhamentos para a construção do Informe da Sociedade Civil sobre violações do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC, junto ao Comitê DH da ONU, previsto para 2017. Na oportunidade foi lançada a Campanha Mais Direitos, Mais Democracia. A CESE abraçou a campanha e divulgou em suas principais ferramentas de comunicação institucional.

AGÊNCIAS

Ao longo de 2016 a CESE manteve sua estratégia de diálogo com agências de cooperação parceiras. Num contexto de grave crise política, uma das preocupações da CESE foi contribuir com reflexões para subsidiá-las em suas estratégias para o Brasil. Prospecção de apoio, discussão de estratégias e programas para atuação no Brasil, participação em campanhas e em oficinas de capacitação para parceiros foram algumas das ações ocorridas.

Destacamos o acompanhamento a diretoras de **HEKS** que estiveram no Brasil, em visitas a duas regiões de atuação da agência, finalizando com um encontro com parceiros em Brasília; construção da Linha de Base do Programa Brasil; construção de Linha de Base para o trienal CESE - **Pão Para o Mundo**, oficina reunindo parceiros de PPM para conhecimento das novas guias após a fusão com EED e encontro para intercâmbio de experiências em mobilização de recursos; seminário promovido por **Misereor** para reflexão sobre questões urbanas; diálogos com **TdH Schweiz** sobre

novas perspectivas de parceria institucional em 2017 e construção conjunta do encontro “Juventude em Foco”, ocorrido em Salvador; diálogos com **Fundação Ford** para apresentação de projeto de apoio à COIAB para o Fundo Amazônia; renovação do apoio de **Apletton** para o programa de pequenos projetos; diálogos com várias agências apoiadoras e outras para reflexão sobre o atual momento político na perspectiva de subsidiá-las nas suas estratégias para o Brasil e para construir o encontro CESE-Agências em 2017.

A relação com a **União Europeia** está estabelecida através de dois apoios. O primeiro é o Projeto Mulheres Negras e Populares, em parceria com o SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia - que foi aprovado em 2015 e que está em pleno desenvolvimento. As ações aconteceram através de apoio a projetos para o empoderamento de mulheres negras e populares do Norte e Nordeste e também através de ações de formação. Este projeto já teve sua primeira avaliação pela equipe de avaliadores

da União Europeia, tendo sido muito bem avaliado em todos os seus aspectos. O segundo apoio é o projeto em parceria com a ABONG, CFEMEA e CAMP, aprovado no final de 2016 com foco no marco legal, especialmente no MROSC.

A parceria com a agência **Gansos Selvagens** já não mobiliza tanto recurso. A cada ano os valores apoiados vêm decrescendo, conforme já estava previsto desde o início da parceria. Em setembro, recebemos uma representante da agência para visita a projetos e para o diálogo sobre a implementação das atividades do ano, além do plano de trabalho e orçamento para 2017, envolvendo o apoio a projetos pela metodologia da dupla participação, iniciativas de comunicação e ações de formação (modalidades a distância e presencial).

AÇÕES DE INCIDÊNCIA

MISSÃO ECUMÊNICA EM SOLIDARIEDADE AOS POVOS GUARANI-KAIOWÁ



É fato que existe um genocídio indígena em curso no Estado do Mato Grosso do Sul. Segundo relatório do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, só entre o ano de 2000 e 2014, 390 indígenas foram assassinados no Estado. Dados revelam que são 42 crianças mortas por mil nascidas vivas (22 é a média nacional) e que a desnutrição é a principal causa de morte entre crianças indígenas até os 9 anos. Entre os adultos, o índice de suicídios supera

em mais de cinco vezes a média nacional, atingindo em cheio a juventude. Em 2016, foram impetradas ações de despejo e ataques brutais que resultaram no assassinato do agente de saúde Kaiowá Clodiodi de Souza e deixaram outros indígenas feridos. Associado a isto há todo um processo de criminalização e deslegitimação das lideranças e organismos que trabalham em defesa dos povos indígenas. A lista de lideranças indígenas assassinadas no MS cresce sem que nenhuma medida efetiva seja feita para impedir o avanço dessa violência ou mesmo para punir seus executores e mandantes.

Frente à guerra em curso no Estado, travada por ruralistas e suas milícias armadas contra indígenas, a (CESE), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), o Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI) e a Articulação e Diálogo Internacional (PAD), que desde outubro de 2015 coordenam a Missão Ecumênica, convocaram a Segunda Missão Ecumênica em apoio aos Guarani Kaiowá.



Um momento de grande significado foi quando as lideranças cristãs foram recebidas pelas etnias Terena e Guarani Kaiowá e por elas abençoadas para continuar a Missão.

Além de denunciar os crimes cometidos por ruralistas com a omissão do Estado, a missão buscou sensibilizar a população da importância do apoio de todas e todos na luta pela garantia dos direitos dos povos indígenas garantidos pela Constituição Brasileira de 1988. A Missão iniciou com um Ato Ecumênico em frente à Assembleia Legislativa do MS em solidariedade aos indígenas, denunciando o massacre em curso no Estado. Religiosos de várias tradições e regiões do país protestaram contra a violência, praticada na maior parte dos casos por ruralistas, os quais seguem impunes contando com a omissão do poder público.

Embora a Missão não pudesse adentrar a Assembleia, que estava em plenária, dois deputados defensores da causa indígena foram ao encontro do grupo - o deputado João Grandão e Pedro Kemp - e reafirmaram o seu apoio à causa e à Missão, que seguiu para uma reunião no Ministério Público Federal de Mato

Grosso do Sul, com Dr. Emerson Kalif Siqueira, procurador chefe da matéria indígena no Estado. Com o auditório lotado por indígenas, os/as missionários/as ouviram do representante do MPF Emerson Kalif um pouco sobre o cenário de guerra do Estado e quais as medidas que foram tomadas pelos poderes constituídos, em especial o Ministério Público. Importante ressaltar que o Dr. Emerson trabalha praticamente sozinho nesta questão. Também representantes indígenas usaram da palavra para fazer suas reivindicações e seus protestos.

A Missão Ecumênica visitou a área indígena de Dourados - Amambaipaguá, no município de Caarapó, Mato Grosso do Sul, local dos atentados de 2016 contra os indígenas. A missão realizou um ato ecumênico junto às comunidades Tey Jussú, e visitou à comunidade Apyka'i. Segundo contam lideranças locais, apenas 0,2% das terras do Estado são reivindicadas pelos indígenas. Requerer essa fração

tem provocado a ira de ruralistas e a série de conflitos que já custou a vida de quase 400 pessoas.

“A justiça só será feita quando a terra for nossa. Enquanto isso não acontecer continuarão nos matando”, desabafou a professora Elizabeth Fernandes, que integra a coordenação das “retomadas” (nome dado pelos indígenas às ocupações de territórios tradicionais).



para os Kaiowá) e, por extensão, à própria tradição indígena.

Além da solidariedade e compromisso com a denúncia das violações de direitos no MS, os missionários levaram também cobertores arrecadados pelas igrejas. O material foi entregue ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) para distribuição entre as comunidades.



Segundo lideranças locais, conflitos territoriais na região já custaram quase 400 vidas.

A Missão esteve também na área onde, no dia 14 de junho de 2016, o agente de saúde Clodiódí Aquileu Rodrigues de Souza foi assassinado.

Aquele território foi rebatizado; chama-se, gora, Tekoha Kunumi Poty Vera, o “guerreiro que brilha”, em homenagem a Clodiódí. Entre os feridos também havia uma criança de apenas 12 anos. Os/as religiosos/as visitaram o túmulo

de Clodiódí, onde realizaram um pequeno rito em sua memória.

Em todas as comunidades por onde passaram, os missionários foram saudados com cânticos e agradecimento. A atmosfera, no entanto, é de comoção e muita apreensão. Segundo a líder da comunidade de Apyka’i, Cacica Damiana, há também um desrespeito dos fazendeiros aos Tekoha (as aldeias e espaços sagrados



Fomos tratados que nem cachorro. Nos expulsaram e queimaram tudo. Tiraram até a cruz do túmulo do meu marido. Só queremos voltar para nossa terra”, contou Damiana.



A CESE, além de articular e garantir a participação de parte dos missionários, garantiu a infraestrutura e participação de grupos indígenas locais. Pela CESE, participaram o Presidente, Pe. Marcos Barbosa, a Diretora Executiva, Sônia Mota, e Olga Matos, da assessoria de projetos. Durante a missão, os religiosos também realizaram o lançamento oficial do vídeo da Missão Ecumênica, com material captado em 2015, na primeira missão ecumênica.

CARAVANA DO RIO DOCE

Em abril, aconteceu a Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce para recolher, as histórias, as resistências, as injustiças e os impactos causados pelo maior crime-tragédia da mineração brasileira: o rompimento da barragem de rejeito de mineração da Samarco (BHP/Vale), em Mariana (MG), em novembro de 2015.



A caravana foi organizada por mais de 40 organizações da sociedade civil, dentre elas a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), os Movimentos Sociais (MAB, MST, MPA, MAM), as universidades

(como a UFV, UFJF, UFES), entre outras organizações locais. O objetivo da ação foi construir convergências; agregar e mobilizar forças da sociedade civil organizada; reunir e articular leituras populares e críticas sobre as causas e consequências da tragédia/crime e discutir alternativas com a sociedade para que novas tragédias não se repitam; que os direitos das populações possam ser respeitados; que o Estado cumpra seu papel de defesa do meio ambiente e da saúde, e, que os responsáveis sejam punidos.

Foram 04 rotas que saíram das regiões do Alto, Médio e Baixo Rio Doce, culminando com um grande encontro em Governador Valadares (MG).





A CESE esteve presente em duas rotas: em Valadares (MG), no encerramento, representando o FEACT-Brasil, contribuindo com a cobertura compartilhada do evento e em Colatina (ES), no ato público, na distribuição da nota de solidariedade às populações atingidas, que exigia a posição firme do Estado para que as populações atingidas fossem ressarcidas pelos imensos prejuízos que tiveram:

“Que a natureza duramente golpeada pela lama tóxica seja restaurada em todo seu esplendor e riqueza. Que o Brasil reveja a legislação para a concessão de extração mineral, evitando que as populações e natureza paguem um alto custo pela ação danosa e irresponsável dessas empresas.”

Ainda foi reafirmado nosso compromisso por um outro modelo de desenvolvimento que respeite a sócio biodiversidade e o Bem Viver.

VIGÍLIA DA DIGNIDADE

A CESE apoiou e participou da VIGÍLIA DA DIGNIDADE, em agosto, liderada por Koinonia. O ato aproveitou a visibilidade das Olimpíadas no Rio para afirmar a dignidade dos seres humanos e do planeta Terra e a defesa dos direitos humanos. A iniciativa partiu do diálogo entre o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), a Unicef e a organização The Peoples Movement for Human Rights Learning (PDHRE).



O dia 1º de agosto foi uma data de protesto, mas também de celebração, da qual participaram religiosos e religiosas de pelo menos 20 diferentes tradições, indígenas, quilombolas, jovens e trabalhadores/as da cidade e do campo, além de representantes de movimentos sociais que foram à Cinelândia, RJ, e estiveram na Vigília da Dignidade. Dali saíram com convicção redobrada de que ocupar o espaço público é preciso.

VIGÍLIA ECUMÊNICA CONTRA A PEC 241/55 E PELA VIDA DO POVO

A CESE, ASA - Ação Social Arquidiocesana e CEBIC articularam e promoveram uma vigília ecumênica, às vésperas do dia de paralisação nacional (11 de novembro) contra a PEC 241. O ato foi um momento de oração, reflexão, ação e de clamor à consolidação do bem e da justiça entre os pobres. Na ocasião foi lida a nota do CONIC sobre a criminalização dos movimentos sociais e nota da CNBB sobre denunciando as perdas e retrocessos previstas no Projeto Emenda Constitucional 241.

A programação da Vigília contou com a presença de várias representações religiosas, e trouxe para a praça pública, um momento de acolhida, cantos, leituras bíblicas e procissão luminosa rumo a Praça da Piedade.



O texto da PEC foi simbolicamente queimado e a cerimônia foi concluída, com abraços de paz entre os presentes.



FORMAÇÃO

Em 2016, a CESE seguiu no processo de consolidação da área de formação como elemento central de sua estratégia de atuação.

Com relação aos movimentos, destacaram-se nesse ano as ações voltadas para organizações de mulheres negras e populares do Norte e Nordeste, em ação conjunta da CESE com o SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, com apoio da União Europeia. No âmbito dessa ação, foram realizados dois seminários inter-regionais, envolvendo organizações de 13 estados e mais de 60 mulheres. No primeiro seminário ocorrido em Salvador, buscou-se fortalecer a capacidade das organizações de analisar a conjuntura, identificar riscos aos direitos das mulheres negras e populares, avaliar impactos de medidas e políticas governamentais na vida das mulheres e vocalizar denúncias e propostas nos espaços públicos. No segundo seminário, que teve lugar em Belém, o tema central foi a pluralidade de perspectivas feministas entre os movimentos de mulheres - feminismo negro, feminismo popular, feminismo afro amazônico,



Foram realizadas atividades voltadas para os movimentos sociais, campo ecumênico e de formação da própria equipe, com momentos envolvendo o conjunto dos setores para discussões temáticas.

entre outros – reforçando-se o pertencimento a um campo político comum.

Em função de ter sido realizada na Região Amazônica, a participação indígena foi reforçada. Ainda como parte dessa iniciativa, **destaque para a oficina de comunicação**

com mulheres quilombolas, segmento priorizado pelos altos riscos de perdas de direitos no cenário político atual. A oficina gerou vídeos com denúncias de projetos de desenvolvimento com expansão da fronteira agrícola avançando sobre territórios

tradicionais nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (MATOPIBA).

Outra atividade de formação voltada para organizações populares que também merece destaque é o Curso de Incidência Política, fruto de uma parceria com **Gansos Selvagens**, no âmbito do

programa **Change the Game**, com participação de 10 organizações e Movimentos, reunindo lideranças de povos indígenas, trabalhadoras rurais, camponesas, movimento ecumênico (FEACT), quilombolas e organizações que trabalham com direitos da criança e adolescentes.

A iniciativa teve como objetivo fortalecer práticas de incidência, através de ferramentas de planejamento

específicas para esse campo de ação, além do aprofundamento de reflexões e habilidades nas áreas de comunicação e incidência jurídica. A Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais da BAHIA (AATR-BA) e o Coletivo Baiano Pelo Direito à Comunicação (CBCOM) foram colaboradores na execução. Realizado em três etapas presenciais, cada organização participante elaborou um plano de ação de incidência.



Ainda como parte do programa **Change the Game**, teve continuidade o processo de tradução e preparação de materiais para o portal que será lançado em português, em 2017, com oportunidades de formação a distância. O lançamento oficial do Portal, em inglês,

aconteceu em fevereiro com o nome de **Change the Game Academy**. O lançamento teve comemorações com festividades no Brasil, Quênia, Etiópia, Holanda, Índia, Uganda e África do Sul. A equipe da CESE se reuniu para sinalizar o início das atividades do portal (foto).



Facilitação da **Roda de diálogo e formação na Igreja Presbiteriana Unida do Salvador**, em março, sobre gênero, que trouxe a reflexão sobre o Dia Internacional de Luta da Mulher e as maneiras habituais de proceder nesse dia.

Facilitação da **Oficina de Elaboração de Projetos** para quilombolas do estado de Tocantins, no município de Arraias/TO e participação no Seminário de Práticas Educativas e Relações Étnico-Raciais no Campo, organizado pelo curso de Pós-graduação de Educação do Campo, da Universidade Federal de Tocantins.

FORMAÇÃO INTERNA

A equipe da CESE trabalha de forma integrada para atender às demandas das atividades propostas no planejamento estratégico da organização. Para que o trabalho seja cada vez mais efetivo, é necessário oportunizar novos conhecimentos, alinhar processos operacionais e atualizar a equipe nas definições das estratégias de ação da CESE frente à conjuntura do país.

POLÍTICAS REFERENCIAIS

Foram vários os momentos de formação realizados ao longo de 2016, envolvendo o conjunto dos setores, entre os quais destaca-se o processo de revisão das **Políticas Referenciais "Direito à Terra, Água e Território"**, que contou com a colaboração de Ruben Siqueira da CPT; **"Direito à Cidade"**, com a contribuição de Thaís Rebouças, pesquisadora do Grupo Lugar Comum, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Essa ação foi definida no processo de elaboração

do trienal em curso. Os textos definitivos estão em processo de elaboração.

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE GÊNERO

Em 2016 a CESE elaborou sua **Política Institucional de Gênero**, que envolveu toda a equipe e contou com contribuição de assessoria externa de Carmem Silva, do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia. O primeiro momento desse processo foi dedicado a uma reflexão sobre a temática e um olhar sobre as práticas da CESE nesse campo.

O segundo momento envolveu apenas coordenações e assessorias para definição de conceitos, estratégia e orientações práticas para cada área da vida institucional, inclusive com uma abordagem da teologia feminista, sendo finalizado com uma oficina para o conjunto da equipe, na qual foi apresentado e discutido o texto final. No final do ano o texto foi apresentado à Diretoria Institucional e, após debates e pequenas alterações, foi aprovado. O documento está disponível no site da CESE em [português](#) e [inglês](#).

OUTRAS CAPACITAÇÕES INTERNAS

Roda de Diálogo sobre Saneamento Básico com o Prof. Luiz Roberto Moraes, professor do Departamento de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica da UFBA e um dos colaboradores do texto-base tema da Campanha da Fraternidade Ecumênica.



Tivemos também a **Oficina de Organização de Eventos**, coordenada pela produtora cultural Lu Barreto, com uma etapa teórica e uma segunda etapa prática durante a Roda de Diálogo com a teóloga feminista Ivone Gebara. A equipe trabalhou nas etapas de planejamento, execução e pós-evento.

A CESE estreitou a relação com a Universidade Federal da Bahia. Em 2016 recebeu duas estagiárias do curso de **Bacharelado em Gênero e Diversidade**; contribuiu em discussão sobre os desafios das organizações populares no Brasil durante a 2ª Semana de Gênero e Diversidade, além de ter participado de uma banca de conclusão de curso sobre os **Direitos de Marisqueiras e Pescadoras de Ilha de Maré-BA**.

Em todas as formações, buscou-se utilizar metodologias participativas, que permitissem o engajamento de todos e todas nas discussões, inclusive a partir das vivências de cada pessoa.



COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, EVENTOS E CAMPANHAS



No encontro CESE Movimentos Sociais, no ano de 2015, foi indicada a necessidade de ampliarmos a visibilidade das lutas populares.

A partir dessa demanda, a CESE sensibilizou as agências de cooperação a apoiarem estratégias e instrumentos de comunicação, dando vez e voz às pautas dos movimentos. Como a mídia oficial é fortemente comprometida com interesses do capital, existe cada vez mais discussões, encontros e oficinas que abordam como criar espaços coletivos de comunicação para o enfrentamento do monopólio midiático para que possamos mudar a imagem criminalizada dos movimentos sociais, tão acentuada desde 2014. O papel da comunicação institucional tornou-se vital para manutenção dos discursos dos movimentos sociais, sustentabilidade das organizações e garantia dos direitos conquistados, ameaçados no país.

POSICIONAMENTO PÚBLICO EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Em 2016 a CESE posicionou-se publicamente, desde o início do processo de golpe contra a

Presidenta Dilma, em defesa da democracia. A defesa de direitos é o DNA da CESE, que foi constituída em plena ditadura militar justamente para ser um serviço das igrejas em defesa dos direitos humanos e da democracia. Omitir-se ou calar-se diante de um processo do golpe parlamentar, jurídico e midiático, em que a Constituição foi rasgada, significaria trair a nossa missão de fortalecer movimentos sociais e organizações populares.

Acreditamos que o discurso e as ações que são propagandeadas sob o manto da “moralidade e contra a corrupção”, na verdade, escondem outros interesses e outras questões no jogo do poder reinante em nossa sociedade. Por isso, defendemos a legalidade democrática e, ao mesmo tempo, conclamamos a uma ampla campanha para uma profunda reforma no sistema político brasileiro.

Assim sendo, afirmamos nosso posicionamento diante das mídias sociais e imprensa, na elaboração e compartilhamento de notas públicas que denunciaram, ao Brasil e ao mundo, os retrocessos que o país estava vivendo. Além disso, reafirmamos o

nosso compromisso de continuar ao lado dos diversos grupos que estão tendo seus poucos direitos adquiridos retirados, por este **“tempo de reflexão, vigília e resistência em defesa do estado de direito e das liberdades”**, conforme escreveu em nota o colega José Carlos Zanetti, assessor de projetos e formação.

LINHA EDITORIAL

A CESE acentuou todas as suas ações de comunicação na defesa da democracia e dos direitos já garantidos em constituição, com foco reativo a todas as pautas propostas de retrocessos legais e inconstitucionais. Acompanhando as pautas do setor de projetos e da coordenação executiva, a CESE, em seus instrumentos de comunicação, divulgou temas indispensáveis em suas redes e veículos:

Na pauta de 2016 priorizamos os seguintes temas:

- Defesa do Estado laico, do diálogo inter-religioso, com forte reação a todas as



formas de intolerância que fortalecem atos de violência;

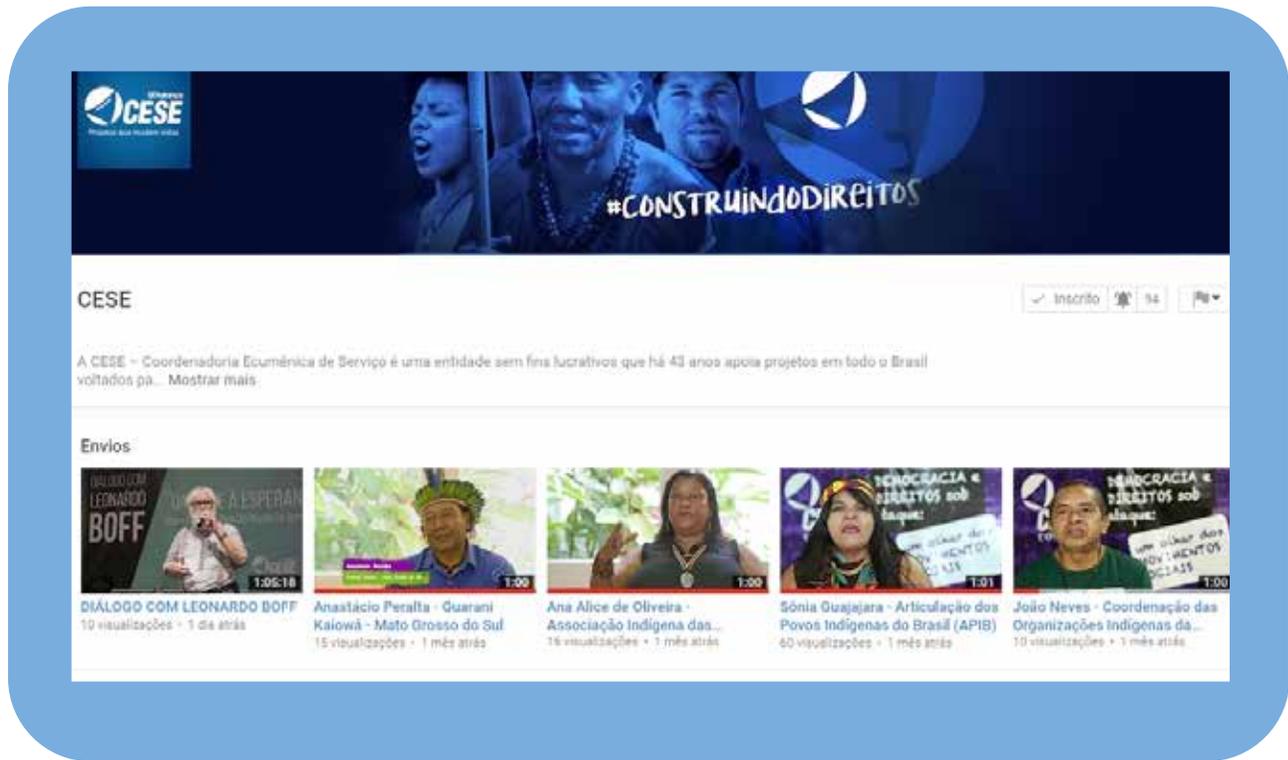
- Denúncia dos massacres que os povos indígenas sofreram sistematicamente durante todo o ano, através de missões em solidariedade;
- Compartilhamento de textos e matérias na defesa da agroecologia e do meio ambiente para o bem viver;
- Divulgação, em larga escala, do consumo nocivo da água pelo avanço do agronegócio;
- Nas cidades, a pauta hídrica com foco no saneamento básico, apontando reflexões e soluções que foram tema da Campanha da Fraternidade;
- Denúncia sobre o descaso frente ao crime de Mariana, na Caravana do Rio Doce;

- Promoção do Estatuto da Juventude, na Campanha Primavera para a Vida;
- Divulgação dos direitos da juventude, na Campanha #EuTenhoDireitos e no debate público com jovens de diversas organizações sociais de Salvador;
- Vigília Ecumênica contra a PEC 241, em articulação com outras Igrejas e Ongs;
- Exposição sobre a luta das mulheres, através de eventos, exposições e atos públicos;
- Compartilhamento semanal de campanhas e eventos de movimentos e organizações sociais e suas lutas e ações em defesa da democracia;
- Publicação de cerca de 30 notas de posicionamento

pós golpe que foram redigidas e/ou compartilhadas pela CESE para denunciar as perdas de direitos no Brasil;

- Ampliação do número de gravações de depoimentos em vídeo de mulheres, indígenas, juventude, população rural e urbana, produzindo conteúdo do público beneficiado pela CESE, seja o apoiado pelo Programa de Pequenos Projetos ou o que participou das Oficinas de Comunicação e Incidência.

A CESE continuou a utilizar sistematicamente as redes sociais (Facebook, Youtube) e envio de email – CESE INFORMA - como importante ferramenta para denunciar pautas de retrocessos, patrocinando postagens para atingir cada vez mais pessoas.



Os/as fãs da página do facebook da CESE residem, em parcela expressiva, nos Estados do Norte e Nordeste do país – regiões prioritárias de apoio da organização, com destaque a Salvador (2.400 curtidas). No entanto, fãs das capitais de São Paulo e Rio de Janeiro têm destaque no relacionamento com a página (do total de curtidas, 936 provêm de São Paulo e 646, do Rio de Janeiro). Grande parcela do público da página é composta por mulheres (61%), de 25 a 54 anos (46%).

Como estratégia de divulgação para outros públicos, a CESE também implantou o site em inglês – www.cese.org.br/eng para visibilizar as organizações populares do Brasil e a pauta de retrocessos que assolou o ano de 2016. Além do site, um boletim mensal com o resumo das ações da CESE e a pauta nacional de direitos, foi enviada para cerca de 200 emails de agências de cooperação, imprensa internacional e públicos afins.



CESE'S POSITION AGAINST IMPEACHMENT - DEMOCRACY: A PERMANENT VALUE

CESE- Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Ecumenic Coordinating Body of Service) - An ecumenical organization that for the last 42 years has been involved in the protection of rights throughout Brazil, having been founded in full context of the military dictatorship, reaffirms publicly its commitment to democratic processes and stands vehemently against the impeachment of President Dilma Rousseff.

[MORE](#)



HIGHLIGHTS OF CESE WOMEN'S MONTH OF MARCH PROGRAMME INCLUDE AN INFOMERCIAL ON TVE AND AN EXHIBITION AT THE CASTRO ALVES THEATRE

[MORE](#)



PRIMAVERA PARA A VIDA (SPRING FOR LIFE) CLOSING ENDS IN PROJECT SUPPORT

With the closing of the flower season, CESE bids farewell to the 15th edition of the Primavera para a Vida (PPV) (Spring for Life) campaign. This year, the campaign brought the theme "I respect RELIGIOUS DIVERSITY and you?" which relates to the rising tide of religious intolerance that has advanced in the world and in Brazil.

[MORE](#)



LEADER OF THE NATIONAL MOVEMENT FOR THE STREET POPULATION GOES TO THE UN HUMAN RIGHTS COUNCIL

Meria Lucia Santos Pereira da Silva, from the National Movement for the Street Population (Movimento Nacional da População de Rua: MNR) is 48 years old and 16 of these years were lived on the streets.

[MORE](#)

Para furar a “bolha” que direciona o público que “curte” as redes sociais, a CESE também utilizou, como ferramentas de comunicação, a **promoção de eventos, missões, caravanas, rodas de diálogos e atos públicos**, isto é, ações presenciais para dar visibilidade, pautar o poder público, denunciar as violações de direitos e envolver a sociedade civil no momento de retrocesso que vive o país, proporcionando para a sociedade baiana um espaço de diálogo de reflexão.



A parceria com o **IRDEB/TVE** destaca-se na gestão da comunicação de 2016. Em agosto, o novo diretor geral da TVE, Flávio Gonçalves, recebeu a diretora executiva e a comunicação para conhecer um pouco mais sobre o trabalho da organização, estreitar a parceria e visibilizar futuras ações da CESE.

A emissora veiculou 4 séries de interprogramas (depoimentos de 1 minuto com a fala de organizações populares durante a sua programação):

#MulheresMaisDireitos, com a fala de 12 mulheres de movimentos sociais do país;

#AbrilIndígena, com o depoimento de 6 indígenas de várias etnias do país;

#DireitosSocioambientais, com a fala de 8 representantes de organizações populares denunciando as violações sofridas pelas comunidades atingidas por barragens e pelo agronegócio;

#MulheresNegrasePopulares, com 6 representantes de movimentos e rede de mulheres,



e a Campanha **#EuTenhoDireitos**, com 11 depoimentos de jovens de movimentos sociais da Região Metropolitana de Salvador, além de jovens indígenas, quilombolas e pescadores/as artesanais do estado da Bahia.

A TVE Bahia atinge os televisores de 370 localidades de 284 municípios do estado. A estimativa da TV é que 30% dos televisores destes municípios sintonizem a TVE BA. Todos os depoimentos estão disponíveis no canal da CESE no Youtube: www.youtube.com/Cesecomunica.

Outra parceria que permaneceu em 2016 foi com o circuito **Sala de Arte de cinemas de Salvador** (Shopping Paseo – 2 salas/ Cine UFBA – 1 sala / Cine Museu – 2 salas / Cine Pelourinho – 1 sala). Durante os meses de outubro a dezembro, as 6 salas exibiram, antes dos filmes, a campanha #EuTenhoDireitos, com 11 depoimentos de jovens de movimentos sociais da Região Metropolitana de Salvador. A Campanha foi exibida em todas as sessões durante o trimestre: 3 sessões/dia (quinta, sexta, sábado e domingo) por sala, com audiência média de 25 pessoas por sessão/ sala.

A CESE iniciou um diálogo com a equipe de projetos de software livre da **Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia** para transmissão de eventos via Rádio Web. O início da parceria começou com a transmissão do evento realizado em maio intitulado “Estado Laico: o olhar feminista de Ivone Gebara”, na Biblioteca Pública do Estado da Bahia e com o seminário Mulheres Negras e Populares, em junho. O objetivo da parceria é possibilitar que outros públicos, que não podem estar nos eventos em Salvador, tenham acesso aos conteúdos, ao vivo, debatidos nos encontros.

Alguns eventos e campanhas promovidos pela CESE também foram marcantes para visibilizar à sociedade civil as pautas referentes a defesa de direitos.

5 EVENTOS

RODA DE DIÁLOGO SOBRE O ESTADO LAICO E TEOLOGIA FEMINISTA

No mês de março, período onde várias ações sobre a luta de direitos das mulheres são realizadas, a CESE promoveu uma Roda de Diálogo com a teóloga Ivone Gebara, com o tema “**Estado Laico: O Olhar Feminista de Ivone Gebara**” para o público de igrejas e organizações parceiras. Gebara enfatizou as novas referências éticas e antropológicas e os fundamentos filosóficos e teológicos do discurso religioso e como os/as representantes políticos legitimam leis com fundamento bíblico, distorcem fundamentos cristãos para

beneficiar determinadas igrejas e deslegitimar outras vertentes religiosas e impor sua fé ao todo da sociedade.

Essa atividade foi muito bem avaliada pelos presentes, cerca de 200 pessoas, que lotaram a Biblioteca Pública do Estado da Bahia, e teve uma excelente repercussão na mídia. Todo o evento foi transmitido, ao vivo, pela Rádio Faceb Web, com apoio da Faculdade de Educação da UFBA, e gravado pela equipe CESE. O material está disponível no **canal da CESE no Youtube**.



EXPOSIÇÃO "MULHERES: PROMOÇÃO E IGUALDADE DE DIREITOS"

A Secretaria de Cultura, através da diretoria artística do Teatro Castro Alves, também apoiou a CESE cedendo o espaço do foyer, na entrada do teatro, para a exposição "Mulheres: Promoção e Igualdade de Direitos". A exposição, com 14 painéis, apresentou as lutas de mulheres de todo o Brasil apoiadas pela CESE: indígenas, quilombolas, trabalhadoras rurais, ativistas, jovens e mulheres negra e populares. A oportunidade foi excelente. Na semana da exposição, o teatro recebeu diversos eventos: Elza Soares, Orquestra Juvenil da Bahia/Neojibá, Alceu Valença, Orquestra Sinfônica da Bahia/OSBA e o cantor

Lenine. Foram cerca de 7.500 pessoas (1.500/dia) que conheceram um pouco mais das lutas por direitos das mulheres guerreiras que a CESE apoia.

A Comissão da Mulher da Câmara dos Vereadores de Salvador também cedeu o espaço da galeria do Centro de Cultura da Câmara, em março, para a mesma exposição. O Centro de Cultura possui 4 auditórios e recebeu diariamente reuniões de movimentos e organizações de Salvador. O diálogo com a Casa Legislativa foi resultado do empenho de uma doadora mensal da CESE (Rede de Amigos), a jornalista e assistente social Cláudia Correia.



"Governo golpista, machista e sexista não nos representa, só nos violenta". Essa foi uma das afirmações pronunciadas no debate público, realizado em julho, com cerca de 40 mulheres dos estados no Nordeste, Pará e Amapá de diversas organizações populares, além do público que prestigiou o evento em Salvador.

ENCONTRO INTER-REGIONAL DE MULHERES NEGRAS E POPULARES - DEBATE PÚBLICO

O debate público "Desafios da Conjuntura à Luta das Mulheres Negras e dos Setores Populares por Direitos e Políticas no Brasil Hoje", realizado em junho, em Salvador, reuniu cerca de 150 pessoas na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, com objetivo de dar voz e visibilidade à causa das mulheres negras e populares e favorecer um espaço às integrantes de organizações e movimentos de mulheres para debaterem e se situarem sobre a conjuntura do país. O evento

fez parte da programação do **I Encontro Inter-regional de Mulheres Negras e Populares**, no âmbito do projeto Mulheres Negras e Populares (ação conjunta da CESE com o SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, com apoio da União Europeia). O evento foi transmitido, ao vivo, pela Rádio Faced Web e está disponível no [canal da CESE no Youtube](#).



O II Encontro aconteceu em novembro, em Belém do Pará. Para marcar um ano da Marcha das Mulheres Negras na agenda e registrar o Dia da Consciência Negra, as guerreiras indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, trabalhadoras rurais, negras, pescadoras e também participantes ativistas do Projeto Mulheres Negras e Populares participaram do **Cortejo de Combate ao Extermínio do Povo Negro**. O cortejo integrou a programação do Encontro de Negras e Negros do Pará, realizado pelo Cedenpa - Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará.

DEBATE PÚBLICO “JUVENTUDES NO FOCO: NENHUM DIREITO A MENOS”

O evento, realizado em dezembro, em parceria com Terre des Hommes Schweiz envolveu diversos movimentos sociais (CIPÓ - Comunicação Interativa, Levante Popular da Juventude, MCPS - Movimento de Cultura Popular do Subúrbio, REPROTAI - Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe e Visão Mundial), que construíram, coletivamente, a metodologia do evento, os temas abordados e os/as convidados/as para intermediar o diálogo.

Cerca de 250 jovens de organizações populares de Salvador, estudantes, quilombolas e indígenas, além de representantes da juventude de Pernambuco e Paraíba participaram da ação, convocando os/as jovens e elaborando, com a CESE, os conteúdos apresentados na data.

O evento foi parte da estratégia de divulgar a campanha de mobilização de recursos #EuTenhoDireitos e oportunizar às diversas organizações e redes de juventude um diálogo para uma reação coletiva contra as propostas de emendas constitucionais (PECs) que assolam os direitos dos jovens no Brasil.



Todo evento foi gravado e está disponível no [canal da CESE no Youtube](#).

EVENTOS ECUMÊNICOS COM PARTICIPAÇÃO DA CESE



SEMINÁRIO DO CURSO DE TEOLOGIA NA PUC PARANÁ HORIZONTE ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO

No Seminário do curso de Teologia da PUC, em Curitiba, em outubro, a CESE foi uma das organizações convidadas para apresentar em uma mesa redonda a sua contribuição para o diálogo ecumênico e inter-religioso na construção de uma sociedade pacífica, justa e solidária. Na oportunidade, foi apresentado o Programa de Pequenos Projetos, as ações de incidência e a prática para o diálogo inter-religioso.

ENCONTRO ECUMÊNICO DE MULHERES

Sob o tema "Mulheres: Direitos e Justiça: Compromisso Ecumênico", o CONIC realizou o encontro de mulheres em novembro, em São Paulo. Depois 10 anos sem esse espaço de articulação e diálogo, o encontro foi um espaço de reflexão, partilha e tomadas de decisões, que resultou em uma carta de solidariedade à Presidenta Dilma, rechaçando o aspecto misógino do golpe. Foram cerca de 90 mulheres de vários credos e regiões, com a participação também de mulheres de outros países da América Latina e da Presidenta do Conselho Mundial de Igrejas para a América Latina, Glória Ulloa.





Participação no **I Internacional e IV Nacional Simpósio sobre Religião Cultura e Sexualidades**, em outubro, com a exposição “Mulheres: Promoção e Igualdade de Direitos” e mesa temática. O simpósio foi uma iniciativa da Faculdade de Educação da UFBA junto com a Comunidade da Paróquia Anglicana do Bom Pastor, em diálogo permanente com outras comunidades de fé e movimentos sociais do Nordeste brasileiro, África e América Latina. O Simpósio promoveu o diálogo com várias instâncias da sociedade, incluindo outras comunidades religiosas, representantes do universo acadêmico e lideranças dos movimentos sociais nacionais e internacionais, entendendo que o combate às várias formas de preconceito e discriminação que atuam perversamente em nossa sociedade deve ser um esforço conjunto.

6 CAMPANHAS

CAMPANHA #EUTENHODIREITOS

A campanha foi veiculada a partir de 10 de outubro na rede de cinema Sala de Arte e na programação da TV Pública da Bahia - TVE. Foram 11 vídeos com depoimentos de jovens sobre os direitos previstos no estatuto da juventude. Os vídeos foram gravados no Subúrbio Ferroviário de Salvador, com jovens estudantes, pescadores e pescadoras,

quilombolas e representantes de movimentos populares da Bahia. Além da campanha na TV e circuito de cinema, foi criado um website www.cese.org.br/eute-nhodireitos relatando as violações sofridas pelos/as jovens. O site tem um link direto com as doações em débito recorrente, para estimular as doações via cartão de crédito de forma recorrente.





A campanha foi uma iniciativa da CESE, construída de forma coletiva com os parceiros: MCPS - Movimento de Cultura Popular do Subúrbio, grupo popular que trabalha com arte e educação com jovens do subúrbio ferroviário de Salvador; Jorge Pará, da TVE, responsável pela direção da gravação e dos atores; Umeru Bahia - Sociólogo, produtor e roteirista dos VTs. Os jovens, que participaram de forma voluntária, são beneficiários dos projetos promovidos pelo MCPS.

CAMPANHA PRIMAVERA PARA A VIDA

O tema da 15ª Campanha Primavera para a Vida foi “**Direito à vida da juventude**”. A CESE escolheu este tema porque, apesar do Brasil possuir uma lei que reconhece a juventude como protagonista de direitos, o *Estatuto da Juventude*, a existência dessa legislação não assegurou políticas públicas que contribuam com a transformação significativa da situação vivida pela juventude brasileira, sobretudo no que diz respeito ao acesso à educação de qualidade, à segurança, ao trabalho, ao acesso ao lazer e às condições para participação nos processos sociais e políticos. Associa-se a isso o fato mais gritante e desafiador para toda a sociedade que é o

elevado índice de violência praticado contra jovens negros, vítimas de extermínio nas periferias urbanas.

Para a realização da Campanha, a CESE dialogou com a REJU e o CEBI para organizar uma publicação, escrita por jovens do campo ecumênico, com reflexões sobre os 11 itens do estatuto da juventude.

O resultado foi o livreto “Direito à Vida da Juventude”, lançado na Campanha, e que está à venda no portal do [CEBI](#). Todo [material da campanha](#) foi disponibilizado no site da CESE para compartilhamento com as igrejas.



PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS CAMPANHAS COM ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

CAMPANHA #NÃOEMNOMEDEDEUS

Como forma de repúdio ao uso do nome de Deus e da Bíblia repetido por deputados e deputadas - dos mais diversos partidos, de Norte a Sul do país - para justificar "sim" na votação do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, fato que representou claro atentado à laicidade do Congresso Nacional, integrantes do FEACTION - Fórum Ecumênico Brasil - lançaram a Campanha #NãoEmNomeDeDeus, que teve grande repercussão com o compartilhamento de fotos de religiosos e religiosas, com textos de repúdio.



CAMPANHA EM DEFESA DO CERRADO

A CESE integra o grupo de articulação da Campanha de Defesa do Cerrado. O lançamento foi realizado durante o FICA - Festival Internacional de Cinema Ambiental, em Goiás, GO. Participam da Campanha: CPT, CIMI, CESE, ISPN, MMC, Action Aid, Contag, Agência 10envolvimento; APA/TO; Articulação Nacional de Quilombos - ANQ; AATR/BA; ABRA; Cáritas Brasileira; CEDAC; Coletivo de Fundos e Fechos de Pasto do Oeste da Bahia; Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do Distrito Federal; CNBB/Pastorais Sociais; CPP; CONAQ; FASE; FETRAF Brasil; Gwatá Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo da UEG; IBRACE; Juventude Dominicana;

MPA; Serviço Pastoral dos Migrantes - SPM; Rede Cerrado; Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Redessan; Rede Social de Direitos Humanos, entre outras. A Campanha tem como objetivos: Pautar e conscientizar a sociedade, em nível nacional e internacional, sobre a importância do Cerrado e os impactos dos grandes projetos do agronegócio, da mineração e de infraestrutura; Dar visibilidade à realidade das Comunidades e Povos do Cerrado, como representantes da sociobiodiversidade, conhecedores e guardiões do patrimônio ecológico e cultural dessa região; Fortalecer a Identidade dos Povos do Cerrado, envolvendo a população na Defesa do Bioma e na luta pelos seus direitos; Manter intercâmbio entre as comunidades dos Cerrados brasileiros com as comunidades de Moçambique, na África, impactadas pelos projetos do Programa Pró-Savana. A equipe de comunicação da CESE também integra o grupo (GT de comunicação) e apoiou ativamente a divulgação das ações do coletivo. A ação continua em 2017.

CAMPANHA MAIS DIREITOS, MAIS DEMOCRACIA

A CESE abraçou a campanha e divulgou em suas principais ferramentas de comunicação institucional. A campanha foi iniciativa construída coletivamente por redes, entidades e movimentos sociais que têm como objetivo fazer uma disputa de valores no campo dos direitos humanos e da garantia e ampliação da democracia no Brasil. O objetivo da campanha foi sensibilizar a sociedade sobre o que são direitos humanos e sua conexão direta com a democracia e afirmar a identidade e a autonomia de grupos oprimidos e marginalizados.



A campanha nacional “Mais Direitos, Mais Democracia” foi lançada em julho, no Seminário Nacional do Projeto Monitoramento de Direitos Humanos, em Brasília.



**ESTRATÉGIAS PARA
SUSTENTABILIDADE
FINANCEIRA**

**MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS LOCAIS

Na sua estratégia de sustentabilidade financeira, a CESE tem tentado ampliar e diversificar a sua mobilização de recursos no âmbito local, para não depender apenas da parceria de agências estrangeiras ou de convênios e parcerias que concorre através de editais. Em todos os espaços de diálogos que temos participado com outras organizações afins, é ponto pacífico a necessidade de buscar doações de pessoas físicas, através de campanhas e ações diretas, como a Rede de Amigos da CESE. Trata-se ainda de uma cultura a ser desenvolvida, mas temos investido nesta ação, ainda sem grandes resultados, mas com muita esperança que a solidariedade e o compromisso da sociedade brasileira sejam para além dos momentos de catástrofes.



FEIJOADA SOLIDÁRIA

Lançamento da Campanha Primavera para a Vida

A tradicional feijoada solidária da CESE foi um sucesso! A chegada da nova estação foi celebrada em setembro, com o lançamento oficial da 16ª edição da Campanha Primavera para a Vida, que em 2016 trouxe como tema o **“Direito à Vida da Juventude”**.

Representantes de movimentos ecumênicos, organizações populares e religiosos e religiosas marcaram presença, além da Rede de Amigos da CESE. O evento mobiliza recursos através da venda de ingressos do almoço, sobremesas, camisetas de campanhas e com o Bazar da CESE em parceria com Cáritas Bahia e Sergipe.



BAZAR SOLIDÁRIO EM PARCERIA COM CÁRITAS BAHIA E SERGIPE

Manter um diálogo mais estreito com outras organizações que também possuem dificuldades em mobilizar recursos locais foi uma das estratégias utilizadas pela CESE. Com a Cáritas Brasileira – NE, a CESE promoveu 2 bazares, com a venda de roupas e acessórios doados.

O primeiro bazar aconteceu no lançamento da Campanha Primavera para a Vida, em setembro, e outro no Dia Nacional da Economia Solidária, 15 de dezembro. A ação foi bem sucedida e será replicada em 2017.

DOAÇÃO VIA DÉBITO RECORRENTE

Implantado no site da CESE o mecanismo de débito recorrente no endereço www.cese.org.br/doiagora. A expectativa é retomar doações que não foram concretizadas por causa da dificuldade com os bancos e expandir essa facilidade para as pessoas que têm afinidade com as causas e projetos que a CESE apoia.



DOE DE FORMA RECORRENTE ATRAVÉS DO SEU CARTÃO DE CRÉDITO!

Todo mês alguém precisa de seu apoio para garantir seus direitos.
Atenção: Não comprometa o limite de seu cartão. O débito ocorre todo mês.



OBRA DE ARTE

O artista plástico e pintor brasileiro, José de Quadros, doou uma obra de arte para a CESE, que está exposta para venda na Galeria de arte de Paulo Darzé, no Corredor da Vitória, em Salvador. O quadro intitulado *Silvia Septentrionale III*, tem a dimensão de (100x120cm) com valor estimado em R\$ 18 mil.



ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AUDITORIAS E AVALIAÇÕES

A cargo da ARV - Auditores e Consultores Independentes Ltda, foi realizada a auditoria institucional do segundo semestre de 2016. Por ocasião dessa auditoria, a ARV examinou as contas e emitiu parecer favorável à aprovação, demonstrativos e procedimentos, sem ressalvas. Além da auditoria institucional, a CESE realizou outras específicas, dos projetos com Pão para o Mundo, União Europeia, KZE e HEKS, todas aprovadas, sem ressalvas. Adicionalmente aos processos de auditoria, tivemos a oportunidade de passar por uma avaliação externa dos procedimentos e controles administrativos financeiros. A partir dessa avaliação, identificamos oportunidades de melhorias internas, que serão implantadas no decorrer de 2017.

MUDANÇA ESTRUTURAL

A CESE dispõe hoje de uma sede com bastante espaço e com grande oportunidade de geração de renda adicional para aplicação em suas atividades, além de contribuir para o sustento institucional. Atualmente dispomos de 5 (cinco) salas locadas que rendem aproximadamente R\$ 115 mil por ano. Além da locação das salas, temos investido na locação do auditório e de outros espaços.

Tendo em vista esse potencial, decidimos remanejar todo o setor Administrativo Financeiro do terceiro andar para o térreo, disponibilizando mais três salas para locação. Essa ação tem como objetivo não só incrementar as receitas de locação como também gerar maior economia nos custos de manutenção.

CONTABILIDADE – ISENÇÃO DO PIS

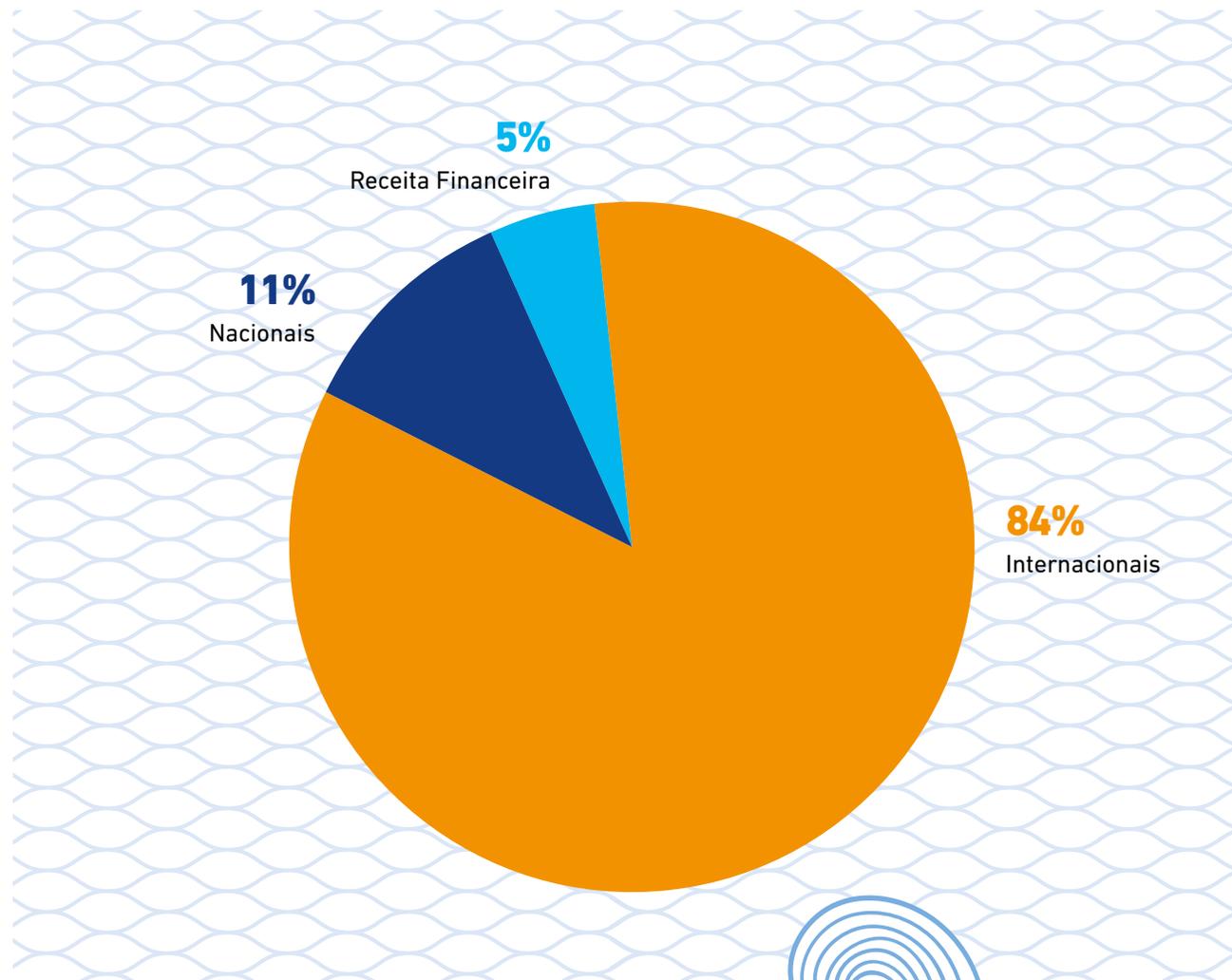
No dia 21.10.2016 foi publicada a liminar que concede à CESE a suspensão do recolhimento do PIS incidente sobre a folha de pagamento. Essa liminar tem como base uma ação proposta pela CESE que solicita a suspensão do recolhimento do PIS e o reembolso corrigido de 5 anos de recolhimento e pagamento. A questão do reembolso ainda está em tramitação. Com esta nova conquista a CESE atualmente está isenta dos tributos, taxas e contribuições abaixo:

- IOF sobre Aplicações Financeiras;
- INSS Patronal;
- IR - Imposto de Renda;
- IPTU;
- ISS;
- PIS
- Contabilidade – Isenção do PIS

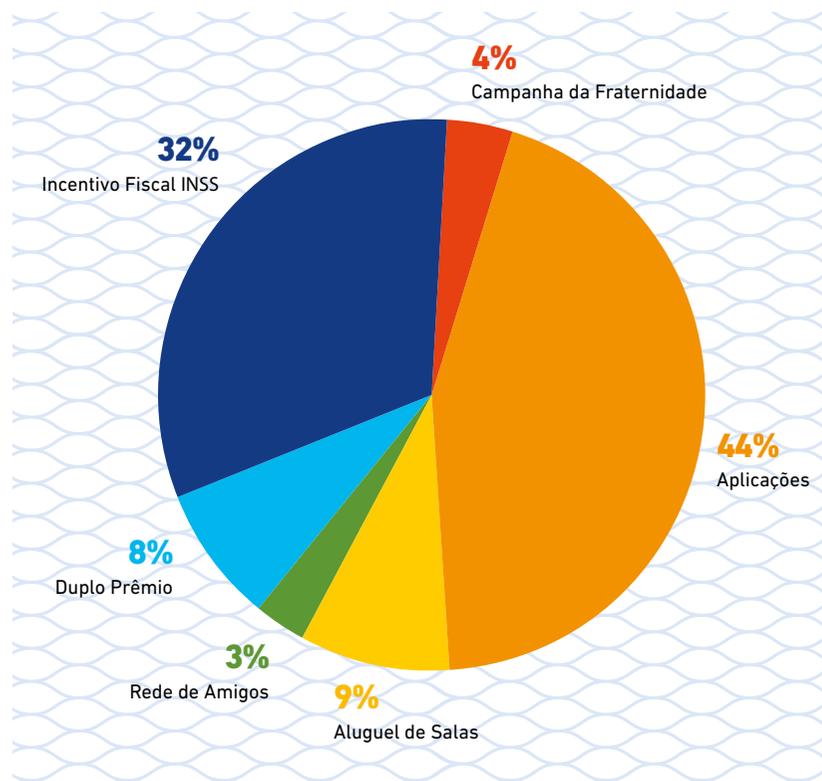


INFOGRÁFICOS FINANCEIROS

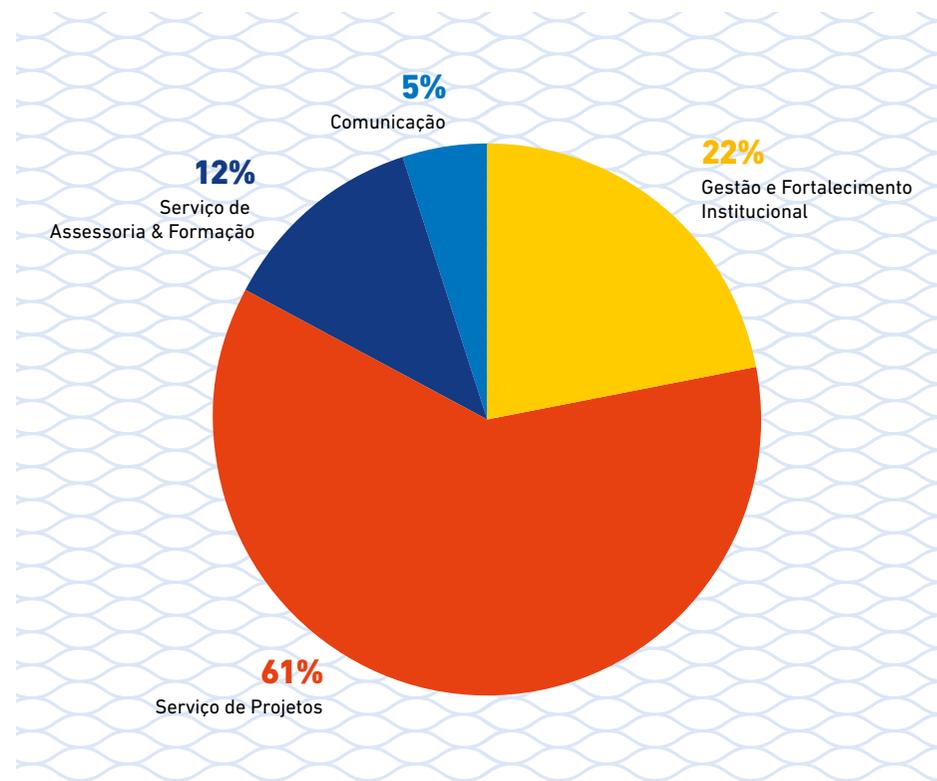
a) Origem das Receitas



b) Composição das Receitas Nacionais



a) Aplicação dos Recursos



DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

	R\$	%
RECEITA TOTAL	7.089.482,47	100%
INTERNACIONAIS	5.965.492	84%
Agências de Cooperação	5.965.492	
NACIONAIS	508.125	7%
Contribuições de Igrejas Membros	1.500	
Doações de Outras Entidades	506.625	
Contratos de Patrocínios		
CAMPANHAS CAPTAÇÃO DE RECURSOS	131.700,03	2%
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	143.711,85	2%
RECEITA FINANCEIRA	340.453,64	5%
Juros Ativos	333.684,11	
Variações Cambiais Ativas	6.769,51	
Outras Atualizações	0,02	
Juros e Descontos Obtidos		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	6.579.181,65	100%
Gestão e Fortalecimento Institucional	1.438.938,91	22%
Serviço de Projetos	4.029.445,89	61%
Diálogo e Articulação	15.106,71	0%
Serviço de Assessoria e Formação	775.172,75	12%
Comunicação	320.517,39	5%
RESULTADO DO PERÍODO	510.300,82	



DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O cenário atual mostra que temos um horizonte nada promissor. Desde o golpe nós assistimos ao desmonte das políticas públicas, ao fim de programas sociais e dos espaços de participação popular, violações de direitos com prisões arbitrárias, criminalização de pessoas e movimentos que atuam na defesa de direitos humanos, estudantes sendo presos, manifestações públicas e pacíficas sendo reprimidas com violência, indígenas, quilombolas e sem-terra sendo assassinados em todos os recantos do país. Diante desse cenário, precisaremos intensificar não só o apoio a projetos como nossas ações de incidência.

No encontro que realizamos no início deste ano com os Movimentos Sociais, entre as diversas recomendações que eles nos fizeram está: **Manter a radicalidade da opção e posicionamento político-institucional na defesa dos**

direitos humanos e da democracia. Este talvez seja o desafio mais urgente, o empoderamento dos movimentos sociais para tentar reverter o processo em curso e restabelecer alguns pilares da democracia que foram abalados com os acontecimentos recentes. No entanto, temos um desafio a ser superado, pois constatamos que os movimentos sociais, ainda que relativamente convergentes nas ações de resistência, não têm conseguido atrair as amplas massas, até aqui alheias, sem perceber a ofensiva do neoliberalismo.

Ao olharmos para o futuro, buscamos aliados/as para continuar nesta trilha. Precisamos contar com o apoio nas igrejas que compõem a CESE pois, mais do que nunca, faz-se necessário o posicionamento profético e crítico diante da nossa realidade. É tempo de resistência e de outra vez acreditar e apostar nas utopias, pois são elas que nos fazem continuar caminhando.

